



República de Moçambique
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

**PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
SECTOR AGRÁRIO**

PEDSA 2010-2019



***Por um sector agrário integrado, próspero, competitivo e
sustentável***



Outubro de 2010

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR AGRÁRIO (PEDSA)

2010-2019

ÍNDICE

	Página
LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS	IV
SUMÁRIO EXECUTIVO	VI
PREFÁCIO	X
INTRODUÇÃO	1
CONTEXTO GERAL	1
PROCESSO DE FORMULAÇÃO DO PEDSA	3
PARTE I	1
O SECTOR AGRÁRIO EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DA SITUAÇÃO	4
1. IMPORTANCIA ECONÓMICA E SOCIAL DA AGRICULTURA	4
1.1 CONTRIBUIÇÃO A ECONOMIA NACIONAL	4
1.2 CONTRIBUIÇÃO A REDUÇÃO DA PROBREZA	5
1.3 MARCO POLÍTICO E INSTITUCIONAL DO SECTOR	6
1.3.1 MARCO POLÍTICO	6
1.3.2. PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DO SECTOR	10
1.4 PERSPECTIVA GLOBAL E REGIONAL	11
1.4.1 Alinhamento com objectivos regionais e globais	11
1.4.2 Integração regional dos mercados	13
2. DIAGNÓSTICO DO SECTOR AGRÁRIO	14
2.1 POTENCIALIDADES	14
2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES RURAIS	15
2.3 DESEMPENHO DO SECTOR	17
2.3.1 Subsector agrícola	17
SUBSECTOR PECUÁRIO	22
sub-SECTOR MADEIREIRO	25
Utilização de solos, água e florestas	27
2.3 PRINCIPAIS DESAFIOS	29

2.4	TEMAS TRANSVERSAIS.....	32
PARTE II:.....		35
ORIENTAÇÃO.....		35
2	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	35
4.1	VISÃO	35
4.2	PRINCÍPIOS ORIENTADORES	35
4.3.	OBJECTIVOS.....	37
4.3.1	<i>Objectivo Estratégico Geral</i>	37
4.3.2	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	38
<i>OBJECTIVO ESPECÍFICO 1: Aumentar a ProduTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE NA AGRICULTURA</i> Fehler! Textmarke nicht definiert.		
<i>OBJECTIVO ESPECÍFICO 2: Desenvolver a Infraestrutura e serviços para maior acesso aos mercados agrários.....</i> Fehler! Textmarke nicht definiert.		
<i>OBJECTIVO ESPECÍFICO 3: Utilizar a terra, ÁGUA E as florestas de forma sustentável.....</i> Fehler! Textmarke nicht definiert.		
<i>OBJECTIVO ESPECÍFICO 5: Fortalecer a capacidade institucional do sector e melhorar o ambiente social para o desenvolvimento agrário.....</i> Fehler! Textmarke nicht definiert.		
PARTE III:.....		59
QUADRO OPERACIONAL.....		59
5	IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA	59
5.1	ABORDAGEM DE IMPLEMENTAÇÃO DO PEDSA	59
5.2	O PAPEL DOS ACTORES CHAVES	59
5.2.1	<i>O Sector Público</i>	60
5.2.2	O SECTOR PRIVADO	61
5.2.3	A SOCIEDADE CIVIL.....	62
5.2.4	OS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO	62
5.3	PLANIFICAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO	62
5.3.1	<i>Monitoria e Avaliação no âmbito do Sistema Nacional de Planificação</i>	62
5.4	OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PRIORITÁRIO PELO ERÁRIO PÚBLICO.....	64

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

AAM	Associação Algodoeira de Moçambique
ACIANA	Associação Comercial e Industrial de Nampula
AFRs	Agregados Familiares Rurais
CAADP	Comprehensive African Agriculture Development Program
CAP	Censo Agro-Pecuário
CEPAGRI	Centro de Promoção da Agricultura
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CFPM	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DNSV	Direcção Nacional de Serviços Veterinários
EDR	Estratégia de Desenvolvimento Rural
ERV	Estratégia da Revolução Verde
ESAN II	Estratégica de Segurança Alimentar e Nutrição
FAO	Food and Agriculture Organization
FDA	Fundo de Desenvolvimento Agrário
FIDA	Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Desenvolvimento
HIV	Human Immune Deficiency Virus
IFAD	International Fund for Agricultural Development
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INCAJU	Instituto de Fomento de Cajú
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
MADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MIC	Ministério de Indústria e Comércio
MIC	Ministério de Indústria e Comércio
MINAG	Ministério da Agricultura
MISAU	Ministério da Saúde
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MPD	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
NEPAD	New Partnership for Africa Development
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
PAEI	Política Agrária e Estratégia de sua Implementação
PAPA	Plano de Acção para a Produção de Alimentos
PARP	Plano de Redução da Pobreza
PARPA	Plano de Redução da Pobreza Absoluta
PDD	Plano de Desenvolvimento Distrital
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PES	Plano Económico e Social
PES	Plano Económico e Social

PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Programa Mundial para a Alimentação
PPP	Parcerias Público-Privado
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PROAGRI	Programa Nacional da Agricultura
PRONEA	Programa Nacional de Extensão Agrária
PWG	ProAgri Working Group
SADC	Southern Africa Development Conference
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIMA	Sistema de Informação de Mercados
TIA	Trabalho de Inquérito Agrícola
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A economia de Moçambique é essencialmente agrária. A agricultura moçambicana é predominantemente de subsistência, caracterizando-se por baixos níveis de produção e de produtividade. Na busca de soluções para este problema, o Governo adoptou a Estratégia da Revolução de Verde, em 2007.
2. O PEDSA é um plano que se enquadra nos instrumentos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Planificação, com uma visão de médio/longo prazo, assente nas directrizes nacionais traçadas para a agricultura e nas prioridades do quadro orientador comum dos países africanos para melhorar o desempenho do sector agrário - o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP).
3. Ao sistematizar um amplo leque de orientações estratégicas para a agricultura, com particular enfoque na Estratégia da Revolução Verde, nas Prioridades do Sector Agrícola, na Estratégia de Investigação, no Programa Nacional de Extensão, na Estratégia de Reflorestamento, no Plano Nacional de Florestas, na Estratégia de Irrigação, no Plano de Acção para a Produção de Alimentos, e no Plano Estratégico da Pecuária, o PEDSA pretende englobar uma visão partilhada pelos intervenientes chave do sector, criando assim um quadro harmonizado para guiar decisões, tratando aspectos que interferem na confiança do investidor e acelerando a competitividade agrária de uma maneira sustentável.
4. A abordagem da implementação do PEDSA assenta na cadeia de valor, pelo que a sua operacionalização toma em consideração todas as actividades ligadas a: (a) geração e transferência de tecnologias, provisão de insumos agrários; (b) produção agrária; (c) actividades de processamento e comercialização que acrescentam valor aos produtos agrícolas, pecuários, florestais e faunísticos; e (d) gestão sustentável dos recursos naturais.
5. A visão do PEDSA assenta na Visão 2025 para Moçambique: ***Um sector agrário próspero, competitivo equitativo e sustentável.***
6. Para materializar a visão do sector agrário, o plano estratégico define como objectivo geral: ***“Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável garantindo a equidade social e de género”***

7. Para o efeito, 5 objectivos específicos, são contemplados:
 - Aumentar a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade
 - Melhorar as infra-estrutura e os serviços para os mercados e comercialização
 - Utilizar os recursos terra, água, florestas e fauna de forma sustentável
 - Quadro legal e políticas conducentes a investimento agário
 - Fortalecer as instituições agrárias
8. O processo de implementação do PEDSA é um processo flexível e de aprendizagem interactiva, que tem em conta as especificidades de cada Província e que conta com a participação de todos os actores chave em três grandes frentes:
 - Envolvimento e compromisso a longo prazo do Governo e de todos os actores
 - Decisões assentes em trabalho analítico e planificação baseada em evidências
 - Alianças e parcerias para mobilizar recursos para o investimento agário com enfoque em (i) aumento da disponibilidade de alimentos para redução da fome através de incrementos na produtividade do pequeno produtor e na capacidade de resposta a emergências; (ii) expansão da área sob gestão sustentável da terra e sistemas fiáveis de manejo de água; (iii) aumento do acesso ao mercado através de infra-estruturas melhoradas e intervenções ligadas à comercialização; e (iv) melhoria da Investigação e Extensão para o aumento da adopção de tecnologias apropriadas para os produtores e agro-processadores
9. Pretende-se com a estratégia, que a agricultura cresça, em média, pelo menos 7% ao ano. As fontes de crescimento serão a produtividade (ton/ha) combinada com o aumento da área cultivada, perspectivando duplicar os rendimentos e aumentar em 25% a área cultivada de produtos alimentares básicos até 2019, garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais.
10. A estratégia cria espaço para um sector privado mais activo na função de produção e provisão de serviços. Fazem parte do sector privado, os produtores do sector familiar, as associações, os agricultores emergentes, os agricultores e criadores comerciais, os empreendedores florestais, bem como os provedores de bens e

serviços agrários incluindo insumos, equipamentos, assistência técnica, serviços financeiros, processamento e comercialização.

11. O Governo empenha-se essencialmente na criação de um ambiente propício para o sector privado investir na produção, processamento e comercialização, através de infra-estruturas, atribuição de incentivos, melhoria do quadro legal, e provisão de serviços públicos com enfoque na administração e gestão de terras e florestas e protecção ambiental, fomento da produção, informação agrária, defesa fito-zoossanitária, investigação agrária e capacitação dos produtores, bem como na rede de segurança em resposta a emergências.
12. Com o PEDSA pretende-se (a) juntar sinergias para transformar o sector agrário de uma agricultura predominantemente de subsistência para uma agricultura mais competitiva; (b) englobar uma visão partilhada pelos intervenientes chave do sector; e (c) abordar os aspectos que interferem na confiança do investidor.
13. Para além disso, o PEDSA vem cobrir algumas lacunas existentes no Subsistema Nacional de Planificação do Desenvolvimento Agrário e no quadro orientador que foram evidenciadas com a implementação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA). Vem igualmente orientar esforços dos parceiros de desenvolvimento e alinhar o desenvolvimento agrário com os instrumentos orientadores nacionais, regionais e internacionais.
14. O PEDSA contempla incrementos nos níveis de atribuição de recursos públicos para a criação de um ambiente propício para o sector privado. Na sua intervenção o estado subsidia a provisão de factores de produção a níveis progressivamente decrescentes com enfoque para a massificação da tracção animal e adopção de pacotes tecnológicos, bem como para a promoção da mecanização, o uso de água e energia eléctrica para a produção, o processamento e a comercialização, como instrumentos que vão induzir os níveis de crescimento propostos.
15. Investimentos públicos serão priorizados para as áreas de elevado potencial agrário, garantindo o acesso a áreas produtivas. Para as outras áreas o estado apoia as iniciativas locais para a viabilização de fontes alternativas de renda.
16. O PEDSA operacionaliza-se em planos quinquenais e anuais:
 - O Programa Quinquenal 2010-2014 harmoniza as acções no sector para introduzir melhorias significativas no uso e aproveitamento da terra, água e

florestas tendo como alvo alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA) que cobre o período de 2008-2011 é parte do PEDSA para o primeiro quinquénio.

- O Programa Quinquenal 2015-2019 consolida a segurança alimentar e amplia o acesso aos mercados domésticos, regionais e globais. A base operativa do segundo quinquénio será estabelecida com as lições extraídas da implementação das acções do primeiro quinquénio.
- O PEDSA será monitorado no quadro do Sistema Nacional de Planificação traduzindo as prioridades, estratégias e planos articulados a nível de política em programas práticos, que podem realizar-se de uma maneira eficaz e eficiente. Quatro avaliações são contempladas: o Censo Agro-Pecuário em curso vai fornecer o ponto de partida, a avaliação do plano de produção de alimentos fornece lições operativas, e as avaliações previstas no final de cada quinquénio.



PREFÁCIO

Este Plano Estratégico apresenta a visão do sector agrário moçambicano para o período de 2010 a 2019. O plano identifica áreas estratégicas de um sector que a Constituição da República de Moçambique identifica como a base de desenvolvimento do País.

A importância do sector agrário na economia, na sociedade e na protecção do ambiente levaram o Governo de Moçambique a definir a Estratégia da Revolução Verde, a assinar vários compromissos internacionais para o desenvolvimento do sector, tais como o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura (CAADP), a Declaração de Abuja e a Declaração de Maputo, entre outros.

Este plano estratégico de desenvolvimento do sector agrário (PEDSA) foi concebido na base destes instrumentos. Os pilares do CAADP (gestão sustentável dos recursos naturais; mercados e infra-estruturas, produção alimentar, e investigação agrária) são claramente um suporte do PEDSA a nível estratégico e operacional.

O PEDSA foi desenvolvido de maneira participativa. Um grupo de técnicos do Ministério da Agricultura, liderados pela Direcção de Economia do MINAG foi responsável pela compilação da proposta desta estratégia. Foi feito o diagnóstico do sector agrário, analisados vários cenários e, a partir da matriz de oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos do sector, elaboradas as estratégias aqui apresentada. O processo de análise situacional e prospectiva, bem como a apresentação das opções estratégicas, contou com a participação de representantes de produtores (de subsistência e do sector comercial), provedores de serviços, académicos, parceiros de cooperação e da sociedade civil em todo o País.

O documento está organizado em 3 partes. A primeira parte faz a introdução e a contextualização da agricultura e apresenta o diagnóstico do sector com os respectivos desafios e oportunidades.

A segunda parte discute a visão de desenvolvimento, os objectivos gerais e específicos, resultados e estratégias.

A terceira parte esboça o quadro operacional. Aqui são apresentadas as abordagens da implementação do PEDSA e os papéis dos intervenientes do sector agrário. Esta parte do documento apresenta ainda a planificação, monitoria e avaliação do PEDSA, bem como os programas da responsabilidade do sector público agrário.

INTRODUÇÃO

CONTEXTO GERAL

O Desenvolvimento Agrário tem sido desde sempre uma prioridade para Moçambique. Logo após a independência, o desenvolvimento da agricultura centrava-se na execução de projectos sem uma abordagem definida para o sector. Mais tarde, em 1998, o Governo em colaboração com os principais parceiros desenhou o Programa de Desenvolvimento da Agricultura (PROAGRI I) com o objectivo de melhorar a coordenação das intervenções públicas na agricultura e orientar os investimentos. O PROAGRI I teve uma duração de 5 anos e foi revisto em 2005 com a aprovação do PROAGRI II. Em 2007, com a rápida subida dos preços dos alimentos básicos, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia da Revolução Verde como resposta à situação criada pela instabilidade mundial nos preços do petróleo e pela crise económica mundial, que estava a comprometer os esforços para a redução da fome.

A Revolução Verde marca a reafirmação desta prioridade do Governo, estabelecendo um comando para a transformação de uma agricultura essencialmente de subsistência numa agricultura comercial. Nesta perspectiva, o empenho do Governo existe a todos os níveis, o que ficou evidenciado na visita feita pelo Chefe do Estado ao Ministério da Agricultura, que ressaltou a necessidade de uma visão estratégica para o sector a longo prazo. A caixa 1 sintetiza as grandes recomendações do Governo para a Agricultura.

Caixa 1: Compromisso do governo para com o desenvolvimento do sector agrário e a necessidade de um plano estratégico para a agricultura

- *De uma forma estratégica, é necessário enriquecer o documento da “Revolução Verde” naquilo que constitui o horizonte do MINAG para os próximos 5 ou 10 anos;*
- *É fundamental a conclusão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário que vai constituir um instrumento para a implementação da “Revolução Verde”;*
- *Para o desenvolvimento do sector, é necessário incentivar os produtores, incluindo os do sector comercial;*
- *É necessário proactividade e uma mudança de atitude na procura de soluções tendo em conta as necessidades do país, a curto e a longo prazo;*

- *A terra entregue a investidores não pode ficar ociosa; é necessário que haja terra disponível para quem quer trabalhar.*
- *É necessária uma produção nacional de factores de produção, em particular de fertilizantes, com vista a suprir a insustentabilidade das importações para a agricultura;*
- *É necessário identificar zonas com maior potencial agrícola para se atingirem os resultados esperados e se direccionarem os meios necessários para aumentar a produção e produtividade.*

As linhas mestras contidas no documento da Revolução Verde dão orientações para responder de imediato à crise alimentar e, por isso, o documento não apresenta uma estratégia de longo prazo. O presente Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), responde a estas preocupações e enquadra-se nos instrumentos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Planificação, com uma visão de médio/longo prazo.

Com o PEDSA, pretende-se criar uma visão comum para os intervenientes chave do sector e também criar um quadro harmonizado para guiar decisões, abordando aspectos que interferem na confiança do investidor e acelerando a competitividade global de uma maneira sustentável. De uma forma geral, harmoniza e alinha um amplo leque de orientações estratégicas nacionais, regionais e globais para a agricultura. É de particular importância o alinhamento com as novas iniciativas regionais, nomeadamente o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e a Política Agrária Regional da SADC (RAP).

O PEDSA tem um horizonte de dez anos, de 2010 a 2019, e a sua implementação materializa-se em planos quinquenais e Planos Económicos Sociais nomeadamente:

- O Plano Quinquenal 2010-2014 harmoniza os esforços no sector introduzindo medidas para melhorar significativamente o uso e aproveitamento da terra, água e florestas, tendo como alvo o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA) que cobre o período 2008-2011 é considerado parte do PEDSA para o primeiro quinquénio.
- O Plano Quinquenal 2015-2019 consolida a segurança alimentar e amplia o acesso ao mercado para a produção nacional. A base operativa do segundo quinquénio será estabelecida com base nas lições extraídas da implementação do primeiro quinquénio.

PROCESSO DE FORMULAÇÃO DO PEDSA

A formulação do PEDSA iniciou-se em 2006, com a elaboração dos termos de referência e a criação do grupo de trabalho liderado pelo MINAG, tendo sido solicitado assistência técnica a vários parceiros de cooperação, incluindo a FAO.

Foram os seguintes os objectivos que ditaram a essência do processo:

- Juntar sinergias para transformar o sector agrário de uma agricultura predominantemente de subsistência de baixa produção e produtividade numa agricultura mais competitiva;
- Englobar uma visão partilhada pelos intervenientes chave do sector; e
- Tratar os aspectos que interferem na confiança do investidor (público e privado).

Três etapas cruciais marcaram o processo de elaboração do PEDSA, nomeadamente, uma primeira fase de diagnóstico subsectorial, uma segunda de busca de elementos de orientação e uma terceira de validação.

Na primeira fase foram conduzidos diagnósticos exaustivos dos grandes subsectores da agricultura com ênfase para as culturas alimentares, culturas de rendimento, pecuária e gestão de recursos naturais.

O principal objectivo da segunda fase do processo era obter a visão futura e os elementos chave orientadores da estratégia. Nesta fase deu-se particular atenção a aspectos de alinhamento com políticas, estratégias e papel dos principais actores.

A terceira fase foi de consulta e validação do documento, tendo incluído a realização de seminários de harmonização com os diferentes intervenientes (MINAG, MIC, MOPH, MPD, CTA, ONG e Universidades), bem como consultas regionais. Incluiu ainda uma consolidação técnica, que contou com o apoio da FAO.

Durante todo o processo tentou seguir-se uma abordagem pragmática, considerando a necessidade de ampla participação e apropriação do PEDSA por todos os actores intervenientes.

PARTE I

O SECTOR AGRÁRIO EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DA SITUAÇÃO

1. IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DA AGRICULTURA

1.1 CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA NACIONAL

Moçambique tem sido um dos países da África com maior desempenho económico nos últimos anos, tendo alcançado uma taxa média de crescimento económico anual de 8% no período compreendido entre 1994 e 2007. A taxa de crescimento desceu para 6,7% em 2008, como resultado do aumento do preço dos alimentos e do petróleo. A taxa de crescimento em 2009 foi de 6,1 % e a projecção para 2010 é de 6,3% .

O sector agrário é um pilar da economia nacional. Em 2009 contribuiu com 24% para o Produto Interno Bruto (INE). Para além disso, a agricultura emprega 90% da força laboral feminina do país e 70% da força laboral masculina. Isto significa que 80% da população activa do país está empregue no sector agrário.

A taxa de crescimento da contribuição do sector agrário para o PIB tem variado entre 7% e 11% (vide Figura 1 que mostra a evolução das taxa de crescimento do PIB e da taxa de crescimento da contribuição do sector agrário para o PIB).

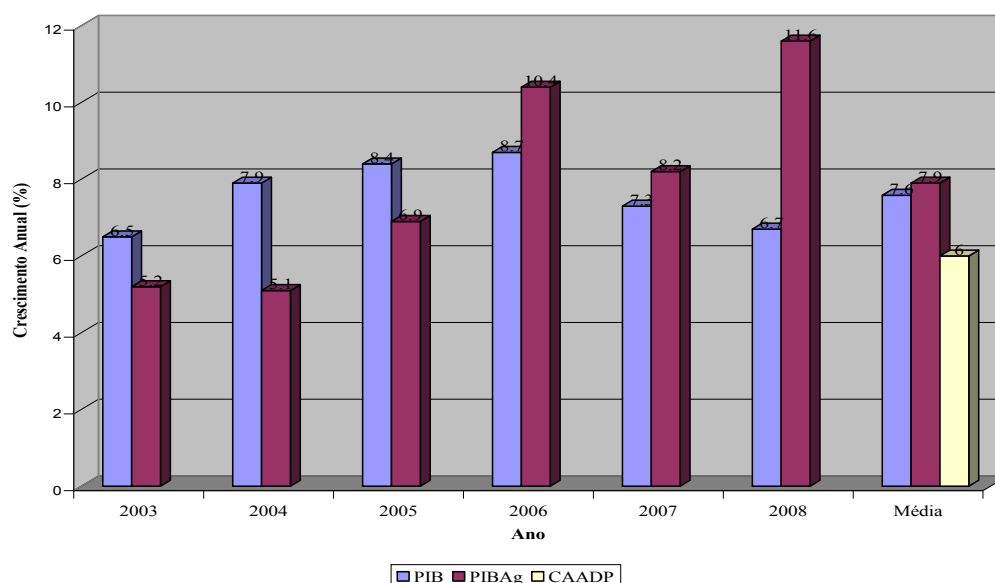


Figura 1. Taxa de Crescimento da contribuição do sector agrário para o PIB. Fonte: INE, CAADP

Embora a contribuição média da agricultura para o PIB tenha diminuído nos últimos anos, isto não significa necessariamente uma transformação estrutural do sector económico, mas deve-se sobretudo à entrada em funcionamento de mega projectos como a MOZAL, o gás de Pande e de Temane, e as areias pesadas de Moma. As contas nacionais (INE) indicam que a contribuição do sector agrário para o PIB tem vindo a crescer.

As variações na taxa de crescimento do sector agrário reflectem sobretudo os efeitos das variações climáticas, em particular as variações de pluviosidade de uma campanha para outra, uma vez que mais de 98% das explorações agrícolas praticam agricultura de sequeiro.

As exportações agrícolas perfazem apenas 16% do total de exportações, uma cifra baixa se olharmos para o potencial do sector. Apesar do considerável crescimento da produção agrícola nos últimos anos, o país continua a ser um importador líquido de produtos agrícolas.

1.2 CONTRIBUIÇÃO PARA A REDUÇÃO DA PROBREZA

A Constituição da República de Moçambique define a agricultura como a base de desenvolvimento do País. O País tem uma população de 21,8 milhões de habitantes com uma taxa de crescimento anual de 2,3%, e a maioria da população depende da agricultura como fonte de sobrevivência (70% no último censo). A agricultura é dominada pelo sector

familiar com 3,7 milhões de pequenas explorações com uma área média de 1,1 ha/família. (TIA 2008).

Como resultado da recuperação económica das últimas duas décadas, o País fez grandes progressos na redução da pobreza e na melhoria de outros indicadores sociais. A incidência da pobreza reduziu de 69,4% em 1996-97 para 54,1% em 2002-2003, e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta - PARPA II - visava diminuir esta incidência para 45% em 2009 (este objectivo está presentemente em fase de avaliação). Não obstante os progressos atingidos, a situação continua crítica pois quase 10 milhões de pessoas vivem em pobreza absoluta, com problemas de insegurança alimentar, baixos rendimentos e desemprego. Embora a pobreza tenha reduzido mais nas zonas rurais do que nas zonas urbanas, continua a ser maior nas zonas rurais.

A pobreza rural deve-se sobretudo ao limitado desenvolvimento da agricultura, ao limitado acesso ao mercado e à fraca produtividade das culturas alimentares. O desenvolvimento da agricultura é fundamental para reduzir a pobreza pois 80% do rendimento das famílias rurais provem do sector agrário e os restantes 20% dos outros sectores da economia (TIA 2002, CAP 2000).

A agricultura tem também um papel essencial na segurança alimentar e nutricional. Para a maioria das pessoas no meio rural a agricultura é a sua principal fonte de alimentos e de rendimento. Sendo a produção agrícola doméstica altamente variável, com uma fraca comercialização de alimentos básicos, e havendo restrições na disponibilidade de divisas para satisfazer as necessidades alimentares por meio de importações, o aumento e a estabilização da produção doméstica é essencial para se atingir segurança alimentar. Contudo, é importante salientar que embora a agricultura contribua para uma melhor segurança alimentar e nutricional, é necessário que haja um trabalho coordenado entre os vários sectores, especialmente para as áreas de nutrição e protecção social.

1.3 MARCO POLÍTICO E INSTITUCIONAL DO SECTOR

1.3.1 MARCO POLÍTICO

O Governo de Moçambique concebeu e tem estado a implementar uma série de políticas, estratégias e programas com o propósito de combater a pobreza absoluta, alcançar segurança alimentar e promover, de modo sustentável, o desenvolvimento económico e social do país. Estes instrumentos, tomados em conjunto, formam o quadro orientador das

acções públicas nos diferentes sectores da economia. No capítulo 2.4 faz-se uma revisão das principais políticas, estratégias e programas relacionados com o sector agrário.

No caso da agricultura, e em particular das questões relacionadas com a intensificação e diversificação agro-pecuária, este quadro é formado pelas orientações contidas em sete documentos principais: Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI), Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA); Programa Quinquenal do Governo 2010-2014; Estratégia da Revolução Verde; Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA), Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR); e Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN).

A Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI) do Governo de Moçambique promulgada em 1996, está ainda vigente. Constitui declaração da PAEI: “Desenvolver a actividade agrária com vista a alcançar a segurança alimentar, através da produção diversificada de produtos para o consumo, fornecimento à indústria nacional e para a exportação, tendo como base a utilização sustentável dos recursos naturais e a garantia da equidade social”. A PAEI enquadra a actividade agrária nos objectivos de desenvolvimento económico de Moçambique em 4 áreas principais visando: 1) segurança alimentar; 2) desenvolvimento económico sustentável; 3) redução das taxas de desemprego; e 4) redução dos níveis de pobreza absoluta.

Segundo a PAEI, a expansão da capacidade de produção e melhoria da produtividade agrária depende de estratégias adequadas em relação aos seguintes objectivos:

- Acesso à terra, planeamento e desenvolvimento do seu uso e aproveitamento;
- Produção de alimentos para atingir auto-suficiência e segurança alimentar;
- Produção para exportação contribuindo para o equilíbrio da balança de pagamentos;
- Reestruturação das empresas do sector agrário;
- Desenvolvimento de serviços eficientes de formação profissional, investigação e extensão;
- Protecção de plantas e animais; e
- Desenvolvimento de infra-estruturas.

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta - PARPA I, 2001-2005 - é a primeira estratégia de redução da pobreza em Moçambique. Esta estratégia concentra-se na reforma institucional para proporcionar um ambiente adequado ao investimento privado e público em capital humano e infra-estrutura produtiva, de forma a facilitar o crescimento económico. A estratégia de implementação assenta em 6 áreas: gestão macroeconómica financeira, educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural, infra-estruturas básicas e boa governação.

O PARPA II 2006-2009, define a estratégia de médio prazo do país para promover o crescimento e reduzir a pobreza, através de actividades agrupadas em três pilares: Governação, Capital Humano e Desenvolvimento Económico. No que toca ao desenvolvimento rural, o objectivo principal do Governo consiste em aumentar as oportunidades de geração de rendimento, especialmente para o sector familiar.

O Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2010-2014 centra a acção governativa no “combate à pobreza para a melhoria das condições de vida do povo moçambicano, em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade”. Este plano reitera a importância da agricultura como base do desenvolvimento da economia nacional, oferecendo um potencial elevado para o combate à pobreza. O objectivo continua a ser a transformação estrutural da agricultura de subsistência numa agricultura próspera, competitiva e sustentável, contribuindo de forma crescente para o PIB através da implementação da Revolução Verde, que destaca a investigação agrária, a gestão dos recursos hídricos e a tracção animal. O PQG estabelece os seguintes objectivos estratégicos para o sector agrário:

- Garantir o aumento da produção e da segurança alimentar
- Elevar a produtividade das actividades agrícolas e de toda a sua cadeia de valor
- Incentivar o aumento de produção agrária orientada para o mercado
- Promover o uso sustentável das terras, florestas e fauna
- Desenvolver o capital humano e a capacidade institucional do sector agrário.

Os objectivos e estratégias do PEDSA estão alinhados com os definidas no PQG.

O país está actualmente a preparar o Plano de Redução da Pobreza (PARP) para 2010-2015. O PARP é um instrumento de planeamento de médio prazo de gestão económica e social, que visa materializar o Programa Quinquenal do Governo (PQG). Constitui ainda um mecanismo para estabelecer parcerias com actores nacionais e externos directamente envolvidos na formulação, implementação e avaliação de estratégia e planos de combate à pobreza, dando seguimento ao PARPA II 2006-2009. Com o processo de formulação do PARP o Governo pretende melhorar a ligação entre os diversos instrumentos programáticos.

A Estratégia da Revolução Verde, aprovada pelo Conselho de Ministros em 2007, é considerada um instrumento de política do país, e ao mesmo tempo, um mecanismo acelerador dos objectivos do anterior Programa Quinquenal do Governo (2005-2009), que visava o aumento da produção e produtividade dos produtos básicos alimentares e a introdução de culturas de rendimento, de modo a garantir segurança alimentar, bem como excedentes para exportação.

A Revolução Verde em Moçambique tem, portanto, como objectivo principal, estimular o aumento da produção e produtividade dos pequenos produtores para uma maior oferta de alimentos de forma competitiva e sustentável.

Tendo em conta os principais constrangimentos ao desenvolvimento do sector agrário, a estratégia de intervenção para a implementação da Revolução Verde assenta nos seguintes pilares:

- a. Recursos naturais (terra, água, florestas e fauna bravia)
- b. Tecnologias melhoradas
- c. Mercados e informação actualizada
- d. Serviços financeiros
- e. Formação do capital humano e social.

Para a realização da Revolução Verde, é fundamental uma abordagem integrada da cadeia de produção e valor com o envolvimento de todos os actores, quer do sector público quer do sector privado e ainda das organizações da sociedade civil. No que respeita às instituições do Estado, é crucial a participação dos Ministérios da Planificação e Desenvolvimento, das Finanças, da Indústria e Comércio, das Obras Públicas e Habitação, das Pescas, da Saúde, da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura, dos Recursos Minerais, do Trabalho e da Administração Estatal, entre outros, coordenados pelo Ministério da Agricultura.

O Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA) 2008-2011 constitui o principal instrumento para a operacionalização da Estratégia da Revolução Verde. O PAPA estabelece programas nacionais e metas de produção visando garantir maior disponibilidade de alimentos através do aumento da produção e produtividade agrárias. Para a operacionalização do PAPA foram elaborados Planos Operacionais, com metas por província e por distrito, bem como mecanismos de implementação.

Para a materialização dos objectivos e metas do Plano de Acção para a Produção de Alimentos, o Governo levou a cabo acções concretas no âmbito do programa de investigação (produção de semente básica e revisão de normas técnicas), do programa de extensão agrária, do programa de sementes (produção e distribuição de semente melhorada), do programa de fertilizantes, do programa de campanhas fitossanitárias, do programa de irrigação, do programa de fomento de tracção animal, do programa de mecanização agrícola, bem como dos programas de agro-processamento e de comercialização agrícola.

A Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) aprovada em 2007 visa melhorar a qualidade de vida e desenvolver as áreas rurais do país, através de:

- Competitividade, produtividade e acumulação de riqueza
- Gestão produtiva e sustentável dos recursos naturais e do ambiente
- Diversificação e eficiência do capital social, de infra-estruturas e institucional
- Expansão do capital humano, inovação e tecnologia
- Boa governação e planeamento para o mercado

Dado que os meios de vida da maioria da população rural estão estreitamente ligados à agricultura e sectores relacionados, os objectivos da EDR estão perfeitamente alinhados com os objectivos do PEDSA.

A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional II (ESAN) 2008-2015 evoluiu da ESAN I para incorporar o Direito Humano a uma Alimentação Adequada e desenvolver alguns aspectos em falta identificados pela avaliação independente solicitada pelo SETSAN.

A ESAN II tem como objectivo geral garantir que todas as pessoas tenham acesso físico e económico, em todas as alturas, a alimentos suficientes para uma vida activa e saudável, realizando o seu direito humano a uma alimentação adequada. A ESAN II assenta nos seguintes pilares de segurança alimentar: produção e disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente para consumo; acesso físico e económico aos alimentos; uso e utilização dos alimentos; adequação para que os alimentos sejam social, ambiental e culturalmente aceitáveis; e estabilidade do consumo alimentar a todo o momento.

A ESAN II sublinha que a segurança alimentar e nutricional é um assunto transversal que envolve sectores como a agricultura, a pecuária, as pescas, o comércio, os transportes, a educação, o emprego, a segurança social, e o meio ambiente, e portanto a sua implementação deve ser feita de maneira coordenada entre um amplo leque de actores (vários ministérios e instituições governamentais, sector privado e sociedade civil).

1.3.2.PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DO SECTOR

O marco institucional da agricultura e do desenvolvimento rural em Moçambique é constituído principalmente por actores do sector público, em particular o Ministério de Agricultura (MINAG). As principais funções do MINAG incluem a análise, a formulação e a monitoria das políticas sectoriais (da terra e agrárias); a provisão de serviços (investigação e extensão); e o estabelecimento de mecanismos internos e externos de regulamentação e auditoria. O Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) é responsável pela política e

gestão da água, bem como pela rede de estradas rurais. O Ministério de Coordenação Ambiental (MICOA) coordena todos os assuntos relacionados com o uso sustentável dos recursos naturais e da protecção da ecologia e ecossistemas de Moçambique. O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) é responsável pelas políticas comerciais incluindo a regulamentação dos mercados agrícolas. O Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) tem como responsabilidade geral a planificação nacional e a mobilização de recursos. O Ministério da Administração Estatal (MAE) tem como responsabilidade a promoção do desenvolvimento rural e a coordenação do processo de descentralização. Em relação à política e programa de irrigação, existe uma estreita colaboração entre o MOPH e o MINAG sobre a exploração dos recursos de água para a agricultura.

Existem institutos semi-autónomos do MINAG que são críticos para a agricultura e desenvolvimento rural. Tal é o caso do Instituto do Algodão de Moçambique (IAM) e do Instituto de Fomento do Caju (INCAJU) que tratam da legislação, da política de implementação e da monitoria destas culturas específicas.

O Conselho de Ministros aprovou em 2009 a criação do Centro de Promoção da Agricultura Comercial (CEPAGRI), em resposta ao pedido do sector privado para melhoria da coordenação. Por seu lado, o sector privado criou a *Confederação das Associações Económicas de Moçambique* (CTA) como mecanismo de ligação com o governo. Criaram-se também associações específicas como a *Associação dos Industriais de Caju* (INCAJU) no subsector do caju, a *Associação Algodoeira de Moçambique* (AAM) no subsector do algodão, a *Associação Industrial de Moçambique* que inclui o subsector do açúcar, e a *Associação Comercial e Industrial de Nampula* (ACIANA) na província de Nampula, que utiliza a CTA para submeter as suas opiniões e preocupações ao governo através do CEPAGRI.

Existem também muitas ONGs activas no sector agrário, que estão principalmente envolvidas na diversificação de culturas, programas de comercialização e apoio às associações de produtores. Estas organizações têm um papel chave na prestação de serviços às populações mais vulneráveis do meio rural.

1.4 PERSPECTIVA GLOBAL E REGIONAL

1.4.1 ALINHAMENTO COM OBJECTIVOS REGIONAIS E GLOBAIS

Como membro da Organização das Nações Unidas, Moçambique subscreveu os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que visam a redução da fome e a protecção do ambiente, aspectos relacionados com o desempenho do sector agrário.

A agricultura contribui directamente para os seguintes ODM:

- Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome
- Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

Através do aumento da disponibilidade e do acesso aos alimentos, o progresso na agricultura contribui ainda indirectamente para os seguintes ODM:

- Objectivo 2: Atingir educação primária universal
- Objectivo 3: Promover a igualdade de género e a aquisição de poder pela mulher
- Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil
- Objectivo 5: Melhorar a saúde materna
- Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças.
- Objectivo 8: Criar uma parceria global em prol do desenvolvimento

A nível do continente, Moçambique participa na *Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, o NEPAD*. O programa de agricultura do NEPAD, o *Comprehensive Agriculture for Africa Development Program (CAADP)*, tem quatro pilares fundamentais que se reforçam mutuamente e nos quais se baseia a melhoria da agricultura, a segurança alimentar e a balança comercial de África:

- Alargar a área sob regime de gestão sustentável da terra e criar sistemas seguros de controlo da água para reduzir a dependência da produção agrária em relação à pluviosidade irregular e imprevisível
- Melhorar as infra-estruturas rurais e as capacidades relacionadas com o comércio para o acesso ao mercado
- Aumentar a disponibilidade de alimentos e reduzir a fome
- Investigação agrária, disseminação e adopção de tecnologia

A Política Agrária da SADC, em fase avançada de consolidação, contempla quatro pilares:

- Produção produtividade e competitividade
- Comercialização e mercados
- Financiamento e investimentos
- Factores sociais, institucionais e ambientais

Os ODM, a Política Agrária da SADC e os pilares do CAADP foram tidos em conta na formulação do PEDSA.

1.4.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS MERCADOS

O mercado nacional joga um papel importante na absorção da produção nacional. Contudo, o país depende dos mercados regionais e internacionais para aceder aos produtos que não produz em quantidade suficiente como é o caso do arroz, do trigo e da batata, para citar apenas os mais importantes na dieta alimentar dos moçambicanos.

A concorrência no mercado internacional é elevada e está sujeita a distorções múltiplas como é o caso dos subsídios à produção nos países desenvolvidos. Este facto, aliado à deterioração dos termos de troca, faz com que a competitividade da agricultura em Moçambique seja baixa. A Organização Mundial do Comércio (OMC), não registou grandes progressos na abertura de mercados para as exportações dos países menos desenvolvidos, mas existem oportunidades para Moçambique. Esta situação requer acções estratégicas alinhadas.

Os desafios da integração regional impõem uma visão global na busca de soluções para uma agricultura moçambicana mais competitiva, sobretudo a nível regional. É com base nestes aspectos que Moçambique, nas suas negociações com blocos regionais, tem mantido uma política comercial protectora dos seus produtos agrários e uma liberalização na importação de factores de produção para a agricultura. Esforços têm sido feitos a nível da política fiscal para garantir um leque de benefícios fiscais.

Contudo há que ter em atenção que, com a execução do Protocolo Comercial da SADC, que prevê a integração dos mercados da região, o estabelecimento de um mercado comum e a promoção do investimento, serão removidas barreiras tarifárias e outras não tarifárias para a maioria dos produtos, incluindo os pecuários. Os produtores nacionais estarão sujeitos a uma competição ainda maior proveniente de indústrias mais desenvolvidas e mais avançadas tecnologicamente. Este desafio deve traduzir-se num aproveitamento das vantagens comparativas derivadas de condições específicas que existem no país para a produção de algumas culturas. Por outro lado, a proximidade com países mais desenvolvidos tecnologicamente irá estimular a capacidade competitiva de Moçambique, em termos de eficiência de serviços e de qualidade dos seus produtos.

2. DIAGNÓSTICO DO SECTOR AGRÁRIO

2.1 POTENCIALIDADES

O país possui condições naturais para, a longo prazo, desenvolver um sector agrário diversificado e dinâmico. Duma maneira geral, essas condições são as seguintes:

- Uma superfície de 799.380 km², com uma fronteira terrestre de 4.330 km e uma costa de 2.400 km com três portos importantes não só para o país como para os países vizinhos.
- Do ponto de vista do potencial agro-ecológico para agricultura, Moçambique possui dez zonas agro-ecológicas com diferentes aptidões, que são definidas principalmente pela precipitação e tipo de solos.
- Existem mais de 36 milhões de hectares de terra arável, dos quais apenas 10% em uso e 90% destes pelo sector familiar. Cerca de 3,3 milhões de hectares podem ser irrigados, o que corresponde ao dobro da área irrigável na África do Sul.
- De acordo com o inventário florestal de 2007, o país possui uma cobertura florestal estimada em 54.8 milhões de hectares, o que corresponde a 70% da sua superfície. Desta área, 26.9 milhões de hectares são florestas produtivas, 13.2 milhões de hectares são florestas em reservas florestais e os restantes 14.7 milhões são ocupados por floresta de utilização múltipla.
- O país possui 15 grandes bacias hidrográficas, das quais 9 partilhadas com países vizinhos, com potencial para apoiar o aumento da produtividade e produção agrária, a redução dos impactos negativos das variações de factores e mudanças climáticas, melhorando a capacidade de adaptação dos sistemas de produção.
- Cerca de 35% da população vive em zonas urbanas, com uma taxa de crescimento de aproximadamente 4% ao ano. A esta taxa de crescimento, estima-se que a população urbana atinja os 45% em 2019, o que se irá traduzir num aumento considerável da procura de alimentos nos próximos 10 anos.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES RURAIS

Estudos e inquéritos (MADER/DAP; CAP; e TIA) distinguem três tipos de explorações agrícolas: pequenas, médias e grandes. As pequenas e médias explorações são tratadas no seu conjunto sob a designação de Agregados Familiares Rurais (AFRs), diferenciando-se pela área cultivada e pela componente pecuária. Como já foi mencionado, a produção agrária assenta em cerca de 3,7 milhões de pequenas explorações, das quais 24,1% chefiadas por mulheres (TIA 2008). Estas explorações são responsáveis por 95% do total da produção agrícola, enquanto os restantes 5% são atribuídos a cerca de 400 agricultores comerciais, que se concentram nas culturas de rendimento e de exportação (cana de açúcar, tabaco, chá, citrinos e pecuária).

A caracterização dos agregados familiares rurais (AFRs) pode ser feita a vários níveis e de diferentes maneiras. Apresenta-se a seguir algumas características que foram seleccionadas para realçar aspectos específicos destes agregados a nível nacional, regional e provincial.

Culturas alimentares: A produção de culturas alimentares pelos AFRs é importante em todas as regiões, com algumas diferenças no tipo de cultura. A produção de milho e mandioca é dominante em todas as regiões. Contudo, no norte, a mapira é cultivada por cerca de metade dos AFRs; no centro a batata-doce e o arroz (com maior concentração nas províncias da Zambézia e Sofala) são culturas muito praticadas; e, no sul, à excepção da Província de Inhambane, o amendoim joga um grande papel na segurança alimentar dos agregados familiares.

Culturas de rendimento: a produção de culturas de rendimento pelos AFRs está mais concentrada no centro e norte do país. No norte predomina o cultivo do algodão e do gergelim e, no centro, para além destas culturas, cultiva-se também o girassol e o tabaco. A cultura do tabaco predomina na Província de Tete, enquanto as culturas do gergelim e do girassol são praticadas pela maioria dos agregados familiares da Província de Manica.

Criação de animais: a criação de animais é feita essencialmente por agregados familiares de pequena e média dimensão. A criação de galinhas é dominante em todo o país, enquanto que a criação de bovinos está concentrada no sul e centro, particularmente nas províncias de Gaza, Inhambane e Tete (TIA 2008). No geral a região norte do país caracteriza-se por um efectivo relativamente baixo de bovinos, especialmente nas províncias de Cabo Delgado (12.057) e de Niassa (2.099) (TIA 2008). Este facto deve-se especialmente à elevada prevalência de Tse-Tse e tripanosomíase nestas duas províncias. A criação de suínos está grandemente afectada por surtos periódicos de peste suína africana. Os pequenos

ruminantes estão distribuídos por todas as províncias do país, mas têm especial expressão nos AFRs das províncias do norte, devido à sua maior resistência à Tse-Tse e tripanosomíase. Assim, segundo dados do TIA 2008, as províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula contribuem com cerca de 19% para o efectivo nacional de caprinos. Por outro lado, já existem zonas no norte especialmente nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, onde a prevalência de Tse-Tse é mais baixa e por isso está a introduzir-se bovinos através do fomento pecuário e, consequentemente, o uso de tracção animal.

Actividades Florestais: A extracção de lenha e produção de carvão são as principais actividades florestais desenvolvidas pelos AFRs nas três regiões do país. Todavia o corte de capim e a apanha de folhas estão mais concentrados no norte e centro, respectivamente. Na região sul destaca-se o corte de estacas pelos AFRs principalmente para a construção de habitação. Outra actividade importante relacionada com a gestão florestal é a caça, mais concentrada nas regiões centro e norte do país.

Uso de Insumos: No que respeita aos meios de produção, particularmente à água, o uso de infra-estruturas de rega concentra-se no centro e no sul, onde a chuva é irregular, e quase não existe no norte. Embora se observe uma variação entre as províncias do centro, existe uma maior concentração de infra-estruturas de irrigação nas províncias de Gaza, Zambézia, Tete e Manica.

Existe uma baixa proporção de AFRs que utilizam fertilizantes e pesticidas. Dados regionais e provinciais mostram que o uso destes dois tipos de insumos está sobretudo associado à produção de tabaco e algodão, particularmente no centro e no norte.

Não existem diferenças marcantes na proporção de AFRs que recorrem à contratação de trabalho nas diferentes regiões, embora este seja mais utilizada no centro, sobretudo nas províncias de Tete e Manica. Nampula tem a menor proporção de AFRs que contratam mão-de-obra.

Fontes de rendimento: Em relação às fontes de rendimento, a venda de produtos agrários parece ser a fonte mais importante para os AFRs no centro e norte,¹ enquanto o trabalho remunerado, as remessas e as pensões constituem fontes de rendimento importantes para

¹ Os dados sobre vendas de produção têm que ser vistos com alguma cautela porque capturam apenas vendas e não compras subsequentes de produtos. Um estudo feito na zona do Limpopo (FEWSNET – cite title) mostra que famílias pobres que não têm rendimento das minas são forçadas a vender uma parte da sua produção para cobrir despesas inesperadas, como doenças, sem que tenham necessariamente “excedentes” de produção.

os AFRs no sul (sobretudo nas províncias de Gaza e Maputo), reflectindo o trabalho feito nas minas e noutros sectores da República da África do Sul. As actividades por conta própria, como as micro-empresas, são fonte de rendimento para uma proporção significativa dos AFRs em todas as regiões, com realce para as zonas centro e sul.

2.3 DESEMPENHO DO SECTOR

2.3.1 SUBSECTOR AGRÍCOLA

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS

A produção de alimentos básicos, que constitui a principal fonte de subsistência do sector familiar, está sujeita a grandes variações devido à incerteza do clima e a secas recorrentes, particularmente nas zonas semi-áridas; todos os anos se desenvolvem e reaparecem bolsas de insegurança alimentar e nutricional. Onde se pratica agricultura de sequeiro, o risco de perda de colheitas devido a condições climáticas desfavoráveis ultrapassa os 50% em toda a região a sul do Rio Save e pode chegar a 75% no interior da Província de Gaza. Dado que o acesso a oportunidades de rendimento fora da agricultura é muito limitado nas áreas rurais, os baixos rendimentos continuam a ser para muitas famílias a causa principal de insegurança alimentar.

Mais de 80% da área total de terra cultivada é usada para a produção em sequeiro de culturas alimentares básicas, ocupando o milho, a mandioca e os feijões cerca de 60% da área total cultivada. A horticultura ocupa apenas 5% e as culturas de rendimento (cana de açúcar, algodão, chá, oleaginosas, tabaco) são produzidas em apenas 6%. Além disso, 40% dos agregados familiares utilizam plantas e ervas nativas na sua alimentação e para fins medicinais.

A maior parte da produção do sector familiar destina-se ao auto-consumo e caracteriza-se por rendimentos baixos e retornos modestos. Uma das causas da baixa produtividade é a limitada cobertura e a fraca qualidade dos serviços de extensão agrária. Um estudo do Banco Mundial (ECON Analysis, 2005) sobre o impacto dos serviços de extensão concluiu que o acesso à extensão agrária pode aumentar em 8,4% a produtividade do sector familiar em Moçambique. Apesar da acção combinada dos serviços de extensão do Governo e de outros parceiros, principalmente ONGs, em 2008 só 8,3% dos agricultores tiveram acesso a serviços de extensão, ficando abaixo da média de cerca de 13% no período 2003-2007.

Um dos problemas principais que afecta o sector agrário é a sua baixa produtividade que, para muitos produtos, se encontra entre as mais baixas da África Austral. Isto deve-se à combinação de alguns factores, que incluem a aplicação de práticas de cultivo tradicionais e a baixa utilização de insumos. Além disso, as parcelas são cultivadas com recurso a trabalho e utensílios manuais, com uma utilização mínima de sementes melhoradas (10% no caso do milho, 1,8% no caso do arroz), de insumos químicos (4-5%) e tracção animal (11,3%) (TIA, 2008). À excepção de 5%, todas as famílias de agricultores em Moçambique vivem em propriedades com menos de três hectares, o que constitui um limite natural à quantidade de alimentos que pode ser produzida para auto-consumo e para venda, limitando assim a possibilidade de geração de rendimentos.

Cultura	Rendimento Médio (Mt/ha)	Rendimento Potencial (Mt/ha)
Milho	0,7 – 1,3	> 4,5
Arroz	0,6 – 1,0	> 4,5
Feijões	0,3 – 0,6	> 1,0
Mapira	0,5 – 0,7	> 1,5
Algodão	0,5 – 0,8	> 1,5
Soja (*)	1,5 – 2,5	> 2,5
(*) Escala comercial com utilização extensiva de insumos externos		
Fonte: TIA 2007		

Insumos melhorados são raramente utilizados devido ao seu custo. A maioria dos insumos – e.g. fertilizantes, sementes melhoradas, pesticidas e herbicidas – é importada, mas a

procura interna é fraca devido à falta de conhecimentos sobre o seu uso, a uma oferta limitada e a insuficiente poder de compra por parte dos agricultores do sector familiar.

Não se regista uma tendência positiva nos últimos 5 anos no nível de utilização de insumos no país. O seu uso aumentou ligeiramente entre 1996 e princípios de 2000, tendo estacionado desde então. Segundo dados do TIA 2008, menos de 10% das explorações agrárias usam sementes melhoradas.

Culturas	Campanha 2004/05	Campanha 2005/06	Campanha 2006/07
Milho	5,6	9,3	9,9
Arroz	3,3	4,0	2,9
F. Nhemba	3,5	3,9	6,0

Tabela 1- Explorações que usam semente melhorada (Fonte: MINAG)

Moçambique tem um grande potencial para fazer agricultura irrigada, estimando-se que existam cerca de 3,3 milhões ha potencialmente irrigáveis. O total de área irrigada caiu de 120.000 ha para 40.000 ha após a guerra, e desde então pouco tem sido feito em termos de reabilitação dos sistemas de irrigação existentes. Actualmente existem cerca 50.000 ha irrigados dos quais 60% são usados para a produção de cana-de-açúcar. Apenas 8,8% dos agricultores do sector familiar utilizam algum tipo de irrigação (TIA, 2008).

Os agricultores moçambicanos têm fracos conhecimentos de técnicas de produção e de práticas comerciais avançadas. Na sua maioria operam como produtores individuais e apenas 7,2% (TIA, 2008) estão organizados em pequenas associações (primeiro nível) e fóruns (segundo nível – grupos de associações). Porém, muitas destas associações operam no sector informal, faltando-lhes um estatuto legal e um mínimo de capacidade organizacional, o que dificulta ainda mais a obtenção de economias de escala e o acesso à terra, ao crédito e aos mercados.

PRODUÇÃO ORIENTADA PARA O MERCADO

A agricultura em Moçambique continua a ser principalmente de subsistência. Menos de 10% dos agregados familiares vende os seus excedentes de milho, mandioca ou algodão. Contudo existe um amplo leque de culturas orientadas para o mercado.

As culturas tradicionais de rendimento (algodão, cana de açúcar e tabaco) praticam-se desde o tempo colonial e apresentam uma organização e regulamentação avançada. A produção destas culturas é geralmente feita através de um sistema de concessões em que o Estado assina contratos de fomento e extensão rural, atribuindo territórios às empresas concessionárias, que por sua vez prestam assistência técnica e formação aos produtores, para além de fornecer insumos de produção (sementes, fertilizantes, pesticidas, sacaria) e, nalguns casos, crédito para investimento. A empresa concessionária é compradora exclusiva na zona de influência e paga ao produtor a produção total, descontando-lhe o valor dos insumos e a amortização dos investimentos avançados sob forma de crédito.

Existem também culturas alimentares orientadas para o mercado, como a castanha de caju e os produtos hortofrutícolas. A profissionalização dos intervenientes do sector privado é menor que no caso das culturas tradicionais acima mencionadas. A nível do sector público, apenas o caju beneficia de uma estrutura pública de enquadramento e fomento (INCAJU).

A maior parte do caju é produzido pelo sector familiar com dupla finalidade: o mercado e o consumo familiar. Pequenos comerciantes compram o caju do sector familiar e vendem-no aos comerciantes de maior escala que, por sua vez, ou o exportam em bruto ou o vendem às pequenas fábricas existentes.

Recentemente têm aparecido uma série de culturas emergentes, orientadas exclusivamente para o mercado, mas sem qualquer esquema organizacional formal. Entre estas encontram-se o gergelim, a paprica, a jatropha e o rícino. Estas culturas caracterizam-se por surgir e desaparecer à medida que a pressão pontual do mercado evolui. Factores que contribuem também para esta instabilidade relacionam-se com a falta de instituições profissionais especializadas e de pacotes tecnológicos desenvolvidos pelos sistemas locais de investigação para sua produção. Desta lista, destacam-se as culturas que servem de matéria-prima aos bio-combustíveis, cuja pressão mundial para o seu uso cria oportunidades de mercado para o desenvolvimento do sector agrário de países como Moçambique, visto possuírem competitividade proveniente de condições agro-climáticas favoráveis, disponibilidade de terra e água (norte do Rio Save), disponibilidade de força de trabalho, e acesso a infra-estruturas (portos, linhas férreas, etc.).

As culturas orientadas para o mercado apresentam desafios técnicos - agronómicos e de mercado - e as comunidades produtoras possuem diferentes características

socioeconómicas. Como tal, as abordagens estratégicas para impulsionar o seu desenvolvimento devem ser sensíveis a estas especificidades.

O sector familiar tem uma participação muito reduzida no mercado. De entre 8 grupos de culturas, menos de 20% das famílias rurais ligadas a cada grupo vende os seus produtos (TIA 2007).

Os elevados custos de transacção relacionados com custos onerosos de transporte, acesso limitado a zonas remotas e custos elevados de serviços básicos (electricidade, água e telefone), bem como políticas de crédito bancário conservadoras com taxas de juro muito elevadas, criam um ambiente desfavorável aos agricultores comerciais do sector privado, especialmente nas zonas rurais.

ACESSO AO MERCADO

O Governo iniciou um processo ambicioso de liberalização do mercado em conformidade com a Estratégia de Comercialização Agrária 2006-2009 (ECA II). Neste âmbito foram introduzidas algumas medidas de comercialização agrária para encorajar o desenvolvimento do mercado interno e o seu ajustamento aos mercados dos países vizinhos. Apesar do esforço de integração no mercado da sub-região, mantêm-se várias áreas problemáticas, particularmente no que respeita à capacidade de resposta dos agricultores aos sinais de mercado e preços.

Com excepção das culturas de rendimento que estão enquadradas por empresas de fomento, as restantes produções agrícolas, em particular os produtos alimentares, são comercializadas por pequenos agentes comerciais.

O deficiente manuseamento pós-colheita dos produtos, a falta de infra-estruturas adequadas de armazenamento, a insuficiente aplicação de normas de qualidade dos produtos, a falta de acesso ao crédito para comercialização, a fraca disponibilidade de informação sobre mercados e preços, a falta de serviços de extensão para a comercialização e a ausência de associações fortes de camponeses, inibem o estabelecimento de ligações mais próximas e equitativas entre os agricultores e os mercados e o funcionamento efectivo dos mercados de insumos e de produtos agrários, componentes essenciais para a redução da pobreza nas áreas rurais.

Na região norte do País, que é a região de maior produção agrícola, o acesso rodoviário limita a intervenção dos agentes de comercialização, particularmente no período chuvoso. Não existe um subsector de transporte especializado para o comércio agrícola. Não existe

um sistema ferroviário a ligar o norte e o sul do país. O melhoramento das infra-estruturas viárias e da rede de transportes e comunicação, juntamente com a melhoria das infra-estruturas de irrigação, de comercialização e de processamento, particularmente nas zonas mais produtivas, constitui outro desafio importante para o aumento da produção agrícola.

O Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) possui armazéns herdados do tempo colonial e espalhados pelo país, a maioria arrendada a comerciantes privados. Grande parte da capacidade de armazenamento está localizada nas cidades e vilas, existindo pouca capacidade perto dos centros produtivos. Perdas pós-colheita são significativas quer devido a pragas, quer à deterioração física dos produtos armazenados.

Está em curso um enorme esforço de electrificação do país. Contudo, a energia eléctrica ainda só chega às vilas e aos centros urbanos. A falta de energia eléctrica faz com que a irrigação tenha de depender do uso de combustíveis fósseis cujo preço tem vindo a subir, tornando insustentáveis os custos de produção. Onde há acesso a energia eléctrica os operadores queixam-se dos elevados valores cobrados pelas empresas concessionárias.

Outra limitação grande é o fraco desenvolvimento da agro-indústria moçambicana. A falta de uma indústria de processamento de produtos agrícolas faz com que não se adicione valor aos produtos primários. Onde o processamento é feito localmente, a indústria de processamento tem servido de catalisador da produção agrícola. São exemplos disto o tabaco, o algodão, a cana-de-açúcar, o caju e o chá. O esquema de produção sob contrato ou fomento das culturas do tabaco e do algodão, acoplado ao crédito em espécie, constitui um exemplo a emular.

Várias fábricas de processamento encontram-se paralisadas ou a operar com tecnologias obsoletas o que dificulta a sua competitividade.

SUBSECTOR PECUÁRIO

PRODUÇÃO PECUÁRIA

A pecuária desempenha um papel vital para a população rural. 65% das famílias rurais criam galinhas, 25% têm pequenos ruminantes (sobretudo caprinos), 12% têm gado suíno e 6% têm gado bovino (TIA, 2007). Como já foi mencionado, só 11,3 % das pequenas unidades utilizam tracção animal, essencialmente feita por bovinos. Esta prática é levada a cabo especialmente nas províncias do sul e centro do país aonde há mais experiência no uso de

animais para actividades agrícolas e transporte. Como já foi referido, devido à alta prevalência de Tsé-tsé e de tripanosomíase, a bovinicultura não se desenvolveu na zona norte.

A contribuição da pecuária para a economia nacional é incipiente. Em 2008 a pecuária representava 10 % da produção agrária total e contribuía apenas com 1,7 % para o Produto Nacional Bruto (Relatório da OIE, 2008). O crescimento médio da produção anual de carnes é de 17% e de ovos e leite 9% (MINAG: DNSV, 2008). Contudo, importa referir que o valor da tracção animal, bem como o da produção consumida e comercializada em circuitos informais nas zonas rurais não está calculado, presumindo-se que sejam substancialmente superiores ao valor do produto comercializado no mercado formal.

O país depende largamente do mercado externo para o abastecimento de carne bovina aos principais centros urbanos, importando de países vizinhos mais de 40 % do total consumido

A reduzida oferta interna obriga o país a depender largamente das importações (32.5% carne, 83% leite e 74% ovos) para cobrir as necessidades de consumo destes produtos (MINAG: DNSV, 2008). A maioria dos insumos necessários para a produção pecuária como rações, concentrados, medicamentos, drogas, vacinas, instrumentos veterinários e equipamentos são também importados devido à fraca, ou inexistente, produção nacional.

Contudo tem-se registado nos últimos anos um crescimento da oferta nacional de carne bovina e consequente redução das importações, como resultado do crescimento dos efectivos e do impacto dos programas de fomento. A produção de carne bovina passou de 1.500 toneladas em 2000 para 9.357 toneladas em 2009 (MINAG/DNSV).

Com excepção da carne de frango, para cuja oferta contribui quase exclusivamente a avicultura peri-urbana, a carne de produção nacional das restantes espécies, comercializada nos circuitos oficiais, provem sobretudo das pequenas explorações familiares (TIA 2008).

Os níveis de produção alcançados até agora, ainda estão longe de satisfazer as necessidades crescentes de procura de carne bovina no mercado nacional. Segundo os dados estatísticos do MINAG (TIA 2008), o país produziu apenas 68% do total da carne de vaca consumida no mercado nacional, o que significa que 32% das necessidades de consumo continuam a ser cobertas por importações.

Apenas 17 % do leite e dos seus derivados, consumidos nos principais centros urbanos, são de produção nacional, provindo o leite fresco exclusivamente de explorações comerciais. Não existe informação sistematizada nem oficial sobre o consumo de leite nas zonas rurais.

Os ovos consumidos nos principais centros urbanos provêm quase exclusivamente da importação de países vizinhos. A produção nacional registada é diminuta, correspondendo a cerca de 5% do total consumido nos circuitos formais de comercialização. Esta produção provem das zonas peri-urbanas. Nas zonas rurais não existe informação sistematizada sobre a produção nem sobre o consumo de ovos.

As principais limitações ao desenvolvimento da produção pecuária, principalmente do gado bovino, são as seguintes: (i) baixa produção e produtividade dos efectivos existentes devido à baixa qualidade genética dos reprodutores e a práticas de manejo inadequadas; (ii) fraca rede de assistência veterinária ao sector familiar; e (iii) falta de infra-estruturas para o abeberamento e manejo do gado.

O sector comercial de produção pecuária, pouco desenvolvido tecnologicamente, sofreu um severo declínio ao longo das últimas três décadas, tendo hoje um impacto muito menor no abastecimento do mercado. Apesar de, no sector familiar, a acumulação de riqueza ser representada pelo número de animais, existe capacidade para aumentar a sua participação no mercado, se existirem acções efectivas de suporte ao desenvolvimento da actividade pecuária. Uma indústria pecuária nacional mais desenvolvida será um factor dinamizador da produção e contribuirá para a substituição das importações.

ACESSO AO MERCADO

De entre os comerciantes do subsector pecuário existem dois grandes grupos de comerciantes ligados à produção animal e ao comércio de insumos.

Os **comerciantes de gado** actuam principalmente nas rotas de Tete/Manica para abastecer as cidades da Beira e de Maputo e na rota de Inhambane/Gaza para abastecer a cidade de Maputo. As províncias de Nampula e Cabo Delgado são abastecidas com gado proveniente de Tete e da Zambézia.

Existem ainda os **comerciantes de carne**, que constituem a rede de talhantes, que realizam as suas compras e vendas em matadouros ou aos fornecedores a grosso e que vendem ao público nos centros urbanos.

As **infraestruturas de abate** (matadouros e casas de matança) são, de um modo geral, muito básicas, especialmente no que diz respeito a condições de higiene e de conservação. A grande maioria destas infraestruturas não possui água corrente durante todo o período de abate, não dispõe de um sistema de refrigeração, não tem uma separação nítida entre as zonas limpa e suja, e os currais de repouso dos animais antes do abate ou não existem, ou

não reúnem as condições mínimas necessárias. O melhoramento dessas infraestruturas poderá funcionar como um catalizador no desenvolvimento da produção pecuária.

Fazem ainda parte da cadeia de produção os **comerciantes de insumos**, que importam e/ou distribuem vacinas, medicamentos e rações. Estes agentes económicos estão quase todos concentrados na capital, Maputo, mas possuem ligações nas capitais provinciais.

SUB-SECTOR MADEIREIRO

PRODUÇÃO MADEIREIRA

Aquando da independência em 1975 Moçambique possuía cerca de 20 mil hectares de plantações florestais, na sua maioria de *Pinus sp.*, estabelecidas principalmente nas províncias de Manica, Maputo e Niassa. Na década de 80 foram plantados mais 20 mil hectares principalmente com eucaliptus sp. Contudo, desde o início da década de 90, a actividade de reflorestamento praticamente paralisou e o Estado tem tido constrangimentos de vária ordem para gerar ou atrair novos investimentos para esta área, apesar das condições ecológicas favoráveis do país. Durante a presente década foram identificados cerca de 7 milhões de hectares com aptidão para reflorestamento nas regiões centro e norte e começa-se agora a registar algum interesse e crescimento do investimento nesta área específica, não obstante persistirem alguns problemas.

Apesar do seu potencial o país tem apenas cerca de 30 mil hectares de plantações florestais que satisfazem uma pequena fracção das necessidades locais em produtos de origem madeireira, muito pouco em relação ao objectivo de substituição do consumo de espécies nativas por espécies plantadas. A indústria madeireira moçambicana, na sua maioria, tem baixa capacidade de produção e processamento com tecnologias capazes de fornecer madeira em quantidade e qualidade, pelo que a maior parte da madeira explorada no país é exportada sob forma de toros, o que tem aumentado a pressão sobre a floresta nativa, particularmente das espécies mais preciosas e valiosas.

A procura de produtos madeireiros no mundo tem estado a aumentar e, no caso do papel, por exemplo, estima-se que a produção mundial venha a crescer de 360 milhões de toneladas em 2004 para 494 milhões de toneladas em 2020. Os países asiáticos do Indico e do Pacífico serão responsáveis por 90% deste incremento. Estes factores, aliados às excelentes condições agro-climáticas do país para o crescimento das árvores, e à sua localização estratégica, próxima dos grandes mercados emergentes, justificam o desenvolvimento de plantações florestais à escala industrial. Empreendimentos nesta área contribuirão não só para a diversificação da produção florestal nacional, como também

impulsionarão o desenvolvimento de pequenas e médias empresas nacionais de reflorestamento e processamento de madeira, gerando postos de trabalho, criando a riqueza e contribuindo assim para o desenvolvimento do país, em particular das zonas rurais.

As plantações florestais com espécies de rápido crescimento oferecem uma oportunidade para que pequenos e médios produtores possam, em paralelo com a produção alimentar, desenvolver plantações comercializáveis em 5-7 anos. Estudos recentes mostram que, durante o período do seu crescimento, é possível consociar o cultivo de espécies florestais com culturas alimentares anuais, como os feijões, o que evita que os produtores tenham custos adicionais de manejo da cultura. Esta prática resultará num rendimento adicional para o agregado familiar.

Por outro lado, enquanto muitas famílias não puderem aceder a energia eléctrica ou combustíveis fósseis para aquecimento e confecção de alimentos, a biomassa continuará a ser o principal combustível doméstico para a maioria dos moçambicanos. Por esta razão, o estabelecimento no país de plantações florestais com espécies nativas e exóticas de rápido crescimento, para fins de lenha e carvão, com benefícios para as comunidades locais, para o sector privado, para o Estado e para a conservação e protecção da floresta nativa, constitui uma necessidade (e oportunidade) de desenvolvimento.

ACESSO AO MERCADO

A maioria dos produtores madeireiros comercializa localmente a madeira com unidades de transformação ou com compradores que a transportam para os centros urbanos ou para exportação. Todavia, existe um certo nível de integração vertical na produção, transporte e processamento de madeira com alguns operadores a fazer as três actividades simultaneamente. Esta integração é incentivada através do regime de concessões, mas algumas empresas com licenças simples também possuem unidades de transformação e meios de transporte.

Ao mesmo tempo, parece existir um certo nível de integração horizontal: alguns dos operadores que cortam madeira em toros também cortam madeira para lenha e fazem carvão, para utilizar o equipamento de corte e transporte mais intensivamente e, por conseguinte, de forma mais rentável.

Embora não haja informação completa nem sistemática sobre a prática de outras actividades pelos madeireiros, há indicações que nem todos têm o corte de madeira como actividade principal. O grau e tipo de diversificação de actividades variam de acordo com a natureza do operador: madeireiros simples ou pequenas empresas podem estar envolvidos

noutras actividades como a comercialização de produtos agrícolas, enquanto as grandes empresas desempenham uma série de outras actividades em grande escala, como a produção de copra, a criação de gado e o turismo cinegético.

TERRA, SOLOS, ÁGUA E FLORESTAS

TERRA

A introdução da Política e Estratégia de Terras e da nova Lei de Terras na década de 90, adaptou a questão das terras à nova realidade de uma economia mais liberalizada. Num contexto de inexistência de um mercado legal de terras – a terra não pode ser comprada ou vendida – o estado atribui direitos de uso da terra que são privados e exclusivos e que podem ser herdados ou transferidos. Um aspecto importante é que os direitos adquiridos por ocupação costumeira são legalmente reconhecidos como direitos atribuídos pelo estado, e iguais aos novos direitos atribuídos formalmente a investidores e a outros sem ligações comunitárias. Apesar de se estar a dar muita atenção à resposta expedita aos pedidos de terras do sector privado, e de importantes aspectos da legislação exigirem que sejam feitas consultas entre o investidor e a comunidade a respeito de eventuais direitos locais e disponibilidade de terra, as comunidades nem sempre têm recebido uma atenção adequada a este respeito. Existe preocupação com o subaproveitamento de grandes áreas cedidas a investidores e prevalecem desafios para:

- Melhorar o uso e aproveitamento da terra com potencial para o desenvolvimento da agricultura, silvicultura e pastorícia.
- Assegurar os direitos legalmente reconhecidos da comunidade e dos beneficiários à terra e aos recursos naturais.
- Aumentar a área de terra com forma de posse reconhecida legalmente

SOLOS

No que respeita à gestão e conservação de solos, o país tem enfrentado desafios no tocante à redução da terra arável devido ao aumento dos níveis de erosão e de salinização que se observam quase por todo o lado. Com as mudanças climáticas prevê-se um incremento acelerado da redução da fertilidade natural dos solos e o aumento da sua salinização nas zonas costeiras devido à intrusão salina.

ÁGUA

A agricultura do país depende em larga medida da precipitação, em pelo menos 95% das suas áreas cultivadas (ENI, 2010). O impacto das secas recorrentes ou défice de precipitação tem resultado em perdas significativas de colheitas.

Moçambique tem estado a sofrer efeitos climáticos extremos de natureza hidrológica, causados pelo baixo e/ou alto nível de escoamento superficial das águas através das bacias hidrográficas que atravessam o seu território. A magnitude dos efeitos das secas e cheias que têm assolado o país é preocupante pelo facto de o sistema de controlo e de avaliação do comportamento dos níveis dos caudais dos rios das bacias hidrográficas moçambicanas não estar ao nível das exigências requeridas. Estando Moçambique localizado a jusante das principais bacias hidrográficas que o atravessam, a qualidade e quantidade de água que chega ao seu território depende das actividades realizadas nos países que os rios atravessam antes de entrar em Moçambique. Este facto coloca desafios que vão desde a criação de capacidade para armazenar água em alturas de abundância para posterior uso nos períodos de escassez, à criação de capacidade técnico-institucional para utilização eficiente de água na agricultura.

Moçambique apresenta um potencial para irrigação estimado em cerca de 3,3 milhões de hectares, mas somente cerca de 120 000 ha possuem infra-estruturas de irrigação e destes apenas 50 000 ha estão operacionais.

Para reduzir a vulnerabilidade às secas, é necessário criar e reabilitar sistemas de irrigação para o sector familiar, bem como melhorar o funcionamento e manutenção dos sistemas existentes.

FLORESTAS

Moçambique possui um elevado potencial florestal. Contudo, a exploração de combustíveis lenhosos para abastecimento dos centros urbanos, a abertura de novas áreas para a prática da agricultura e as queimadas descontroladas estão a causar desflorestação de vastas zonas do território a um ritmo alarmante, especialmente ao longo dos corredores económicos e em redor dos principais centros urbanos do país.

As florestas e a fauna bravia, para além dos bens e serviços que proporcionam ao bem estar da população, são importantes para a melhoria ambiental, conservação do solo e da água, alimentação dos animais, protecção da diversidade e recreação.

Dados dos inventários florestais de 1994 e de 2007 mostram que taxa geral de desflorestação, estimada em 0.21% por ano para o período compreendido entre 1972 e

1990, tem vindo a aumentar significativamente e, para o período compreendido entre 1990 e 2002, mais do que duplicou tendo sido estimada em 0.58% por ano.

Os recursos faunísticos distribuem-se no país por diferentes áreas de conservação e áreas livres. As áreas de conservação são constituídas por reservas nacionais, coutadas e fazendas do bravo que cobrem cerca de 142.500 km² (aproximadamente 18% da superfície do país). Os principais problemas estão relacionados com a prevalência do conflito homem-fauna bravia e a necessidade de vedação da maior parte das fazendas do bravo.

2.3 PRINCIPAIS DESAFIOS

Como foi mencionado no capítulo 2.1 deste documento, Moçambique tem um alto potencial para o desenvolvimento do sector agrícola. Contudo o sector ainda enfrenta muitas limitações que precisam de ser abordadas de maneira coerente por todos os actores, algumas das quais já mencionadas ao longo do documento, e que se encontram a seguir agrupadas de acordo com os principais objectivos do PEDSA:

2.5.1 FRACA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

O sector agrícola em Moçambique caracteriza-se por uma baixa produção e um baixo rendimento das culturas alimentares e das actividades pecuárias. A baixa produtividade deve-se a vários factores, dos quais se destacam a baixa disponibilidade e acesso a insumos de qualidade (sementes melhoradas, fertilizantes, insecticidas,...); insuficiente cobertura dos serviços de extensão e sua inadequada ligação com os serviços de pesquisa; limitado aproveitamento da água para a agricultura; infertilidade dos solos; e limitado acesso a crédito.

Uma limitação importante identificada pela recente Auditoria de Desempenho do Sector Agrário (Julho 2010) é a falta de conhecimento fiável sobre a produção e o rendimento das culturas. Geralmente os dados relativos à produção e produtividade variam grandemente consoante os sistemas utilizados para os obter. As estimativas do Sistema de Aviso Prévio fornecem um resultado mais rápido que as do TIA, mas estas, estatisticamente, são mais fiáveis, embora obtidas com um ano de atraso.

Em relação à pecuária, a baixa produtividade está relacionada principalmente com a fraca capacidade de vigilância e de controle das doenças dos animais e com a fraca capacidade de provisão de serviços veterinários. Está também relacionada com o fraco acesso a um sistema de extensão, que não se deve concentrar apenas no gado bovino, mas também nas pequenas espécies que são produzidas principalmente por mulheres.

2.3.2 LIMITADAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS PARA ACEDER AO MERCADO

O sector familiar em Moçambique enfrenta graves problemas de acesso ao mercado. Os elevados custos de transacção (elevadas margens entre o preço pago ao produtor e o preço de mercado da produção do sector familiar, e entre o preço de importação dos insumos e o preço destes ao consumidor) desincentivam a participação do sector familiar no mercado. Para reduzir estes custos é necessário melhorar a rede rodoviária e as infra-estruturas de mercado.

Deve-se priorizar a construção e reabilitação de estradas e de outras infra-estruturas nas zonas de maior potencial agrícola e pecuário. Além das infra-estruturas básicas, é necessário que os mercados disponham de infra-estruturas de armazenamento com serviços mínimos, como electricidade, e de um sistema de informação eficaz sobre os preços dos insumos e dos produtos. Estes serviços contribuem significativamente para reduzir os custos de transacção e para incentivar a participação do sector familiar no mercado.

Outros aspectos que reduzem a participação do sector familiar no mercado estão relacionados com a sua baixa capacidade para participar e desenvolver a cadeia de valor dos produtos agrícolas e pecuários, os baixos padrões de qualidade, o limitado acesso ao crédito, e a falta de associações de camponeses para comercializar colectivamente a sua produção.

2.3.3 INADEQUADA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A utilização dos recursos naturais (terra, solos, água e florestas) de maneira sustentável é essencial para o desenvolvimento da agricultura.

No que respeita à posse da terra, é necessário assegurar os direitos legalmente reconhecidos da comunidade e dos beneficiários à terra e aos recursos naturais; melhorar o uso e aproveitamento da terra com potencial para o desenvolvimento da agricultura, silvicultura e pastorícia; e aumentar a área de terra com forma de posse reconhecida legalmente.

A degradação dos solos pela erosão, a redução da fertilidade natural, e o aumento da salinização dos solos nas zonas costeiras são problemas que estão a ter um impacto muito negativo no desenvolvimento do sector agrícola.

No que respeita às florestas, as comunidades locais enfrentam problemas de gestão e uso sustentável dos recursos naturais por falta de conhecimentos nesta área. A nível do governo, existe falta de capacidade para monitorar e controlar a utilização dos recursos naturais. O conflito homem-fauna bravia, as queimadas descontroladas, o corte ilegal e o consumo excessivo de energia lenhosa constituem grandes ameaças para o sector agrícola.

No que toca à água, as principais limitações estão relacionadas com a fraca capacidade de armazenar água em alturas de abundância para posterior uso nos períodos de escassez, a falta de sistemas de irrigação simples para o sector familiar e a falta de capacidade técnico-institucional para utilização eficiente da água para a agricultura.

Em geral, a exploração sustentável da terra, água e recursos florestais requer instituições bem desenhadas, que funcionem de acordo com as regras e que operem de forma transparente.

2.3.4 LIMITADA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E NECESSIDADE DE MAIOR COERÊNCIA DE POLÍTICAS

As instituições do sector agrário em Moçambique, quer públicas quer privadas, possuem fragilidades que precisam de ser superadas para atingirem um desempenho eficiente, contribuindo assim para que o sector se torne próspero e competitivo.

Entre os principais obstáculos identificados encontra-se a falta de recursos humanos devidamente formados e capacitados, particularmente a nível provincial e distrital, para poder responder adequadamente às necessidades do sector familiar. Por outro lado, existe uma alta incidência de desistências a nível distrital especialmente nos distritos mais remotos, por falta de condições e de incentivos.

A falta de capacidade institucional para a recolha e análise de informação sobre produção e produtividade, para a gestão sustentável dos recursos naturais ou para promover tecnologias agrícolas entre o sector familiar, são alguns dos exemplos mencionados nesta Estratégia.

Uma limitação importante relaciona-se com a fraca coordenação entre os ministérios relevantes para o desenvolvimento do sector agrário (MINAG, MPD, MAE, MIC, MOPH, MTC, MS), entre o MINAG e as instituições públicas e privadas (institutos de investigação, universidades) e ainda entre todos os outros actores chave no sector agrário (associações de produtores, comerciantes, empresas).

A existência e a coerência de políticas conducentes ao bom desempenho do sector agrário é outro aspecto essencial. O Governo deve rever a Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAIE) e tomar algumas decisões importantes para garantir consistência entre as intervenções a implementar. Se o objectivo do PEDSA é converter a agricultura de subsistência numa agricultura competitiva e sustentável, orientada para o mercado, há que tomar decisões em áreas variadas de política agrária como, por exemplo, a área de subsídios e de crédito à produção, nomeadamente para aquisição e distribuição de insumos. A recente Auditoria de Desempenho do Sector Agrário (Julho 2010) refere que um dos

principais problemas do PAPA tem sido a centralização (as compras de insumos são feitas a nível central) e a falta de uma política clara de crédito. Os insumos têm estado a ser distribuídos a preços subsidiados e os agricultores não têm estado a reembolsar os créditos recebidos por estarem habituados a recebê-los de forma gratuita.

2.4 TEMAS TRANSVERSAIS

2.6.1 GÉNERO

52% da população Moçambicana é constituída por mulheres, 72,2% das quais vivem na zona rural e 24,1 % são chefes do agregado familiar (Censo da População, 2007). Os indicadores de desenvolvimento humano no caso das famílias chefiadas por mulheres são extremamente baixos.

As evidências sobre a relação entre as desigualdades de género, pobreza e eficiência económica são cada vez mais claras em Moçambique. Os níveis de analfabetismo entre as mulheres (63,1%) são muito mais elevados que entre os homens (33,2%). As mulheres têm sido a componente da população mais vulnerável ao HIV/SIDA, particularmente as raparigas, sendo a percentagem de mulheres infectadas dos 15-24 anos três vezes superior à dos homens.

As mulheres desempenham um papel chave na segurança alimentar e nutricional e na economia familiar. Participam activamente na produção agrícola e pecuária (segundo dados da FAO, entre 60-80% nos países em desenvolvimento), na conservação, transformação, armazenamento e comercialização dos alimentos, e são as únicas responsáveis pela nutrição do agregado familiar. As mulheres têm grande conhecimento do meio ambiente e dos seus recursos naturais, sendo responsáveis por fornecer água e lenha/ carvão ao agregado familiar para as actividades domésticas.

Contudo, as mulheres enfrentam grandes restrições para realizar as suas tarefas devido às relações de género existentes nas comunidades rurais. As mulheres têm um acesso e controlo limitado sobre recursos e serviços, nomeadamente a terra, os insumos, o crédito, a produção de culturas de rendimento, a criação de gado de médio e grande porte, os serviços de extensão, a informação, a capacitação, a tecnologia e o emprego. Para além disso, têm uma fraca participação nos órgãos de tomada de decisões sobre aspectos produtivos e económicos devido ao papel que socialmente e tradicionalmente lhes tem sido atribuído.

Em 2005, o Ministério de Agricultura elaborou uma Estratégia de Género para o Sector Agrário com o objectivo de garantir direitos e oportunidades iguais entre mulheres e homens no acesso e controle dos recursos e benefícios, de modo a assegurar que os produtores agrários mais vulneráveis tenham condições para o aumento da segurança alimentar e do rendimento familiar como forma de contribuir para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável do país através de uma abordagem de género.

2.6.2 HIV/SIDA

Os resultados de prevalência do HIV indicam que 11,5% da população moçambicana adulta dos 15 aos 49 anos de idade está infectada pelo HIV. A prevalência entre as mulheres é superior à dos homens, estimada 13,1% e 9,2% respectivamente (INSIDA 2009), o que tem implicações severas para o bem-estar do agregado familiar.

Os elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar contribuem para a rápida propagação do HIV/SIDA e vice-versa, podendo-se dizer que existe um círculo vicioso que é necessário romper para reduzir a incidência de ambos. As pessoas pobres e malnutridas são mais vulneráveis ao impacto do HIV devido a uma variedade de factores, entre os quais se destacam a falta de acesso aos cuidados de saúde e a migração na busca de meios de subsistência, o que aumenta a probabilidade de um maior número de parceiros sexuais. Por outro lado, as mulheres podem enfrentar riscos adicionais quando se envolvem em actividades sexuais para subsistência. Mais ainda, os pobres têm pouco acesso a informação, o que pode limitar a sua capacidade para tomar decisões e fazer escolhas sobre o seu comportamento sexual. Portanto, os pobres estão mais expostos a actividades de risco como parte da sua estratégia de sobrevivência.

Por outro lado, as pessoas que vivem com HIV/SIDA têm menor capacidade para trabalhar na agricultura e em outras actividades económicas, o que reduz significativamente os ingressos familiares. No caso das mulheres, a situação é ainda mais grave em virtude do papel chave que desempenham na produção, armazenamento, conservação e comercialização dos alimentos, na selecção e conservação de sementes, bem como no estado nutricional do agregado familiar.

Devido ao importante papel das mulheres nas diferentes actividades do sector agrário e à maior prevalência do HIV/SIDA entre as mulheres jovens, o desenho de um programa especial de extensão dirigido às mulheres que vivem com HIV/SIDA deve constituir uma prioridade para o MINAG.

2.6.3 MEIO AMBIENTE

A maior parte da população moçambicana depende da exploração dos recursos naturais para a sua subsistência e geração de rendimentos. A boa utilização e gestão destes recursos contribuem para a sua sustentabilidade.

As actividades agrárias podem ter um impacto negativo na terra, nos solos, na água e na biodiversidade originando problemas como desflorestamento, erosão, poluição dos solos e das águas superficiais e queimadas descontroladas. A degradação ambiental, por seu lado, contribui para reduzir o potencial dos recursos naturais que são básicos para a agricultura. Há uma série de assuntos ambientais que têm importantes implicações no desempenho do sector agrário. Em Moçambique, os mais habituais são a degradação dos solos (devido à erosão e à sobre utilização) que produz uma perda notável de produtividade, e o desflorestamento que favorece a erosão aumentando a vulnerabilidade às cheias e às secas, para além de originar uma grande perda de biodiversidade.



PARTE II: ORIENTAÇÃO

2 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

4.1 VISÃO

A Constituição da República de Moçambique no seu artigo 103, postula que (1) “Na República de Moçambique a agricultura é a base do desenvolvimento nacional e (2) o Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país”. Nesta perspectiva, a VISÃO do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário - PEDSA - é a de ***um sector agrário integrado, próspero, competitivo e sustentável***.

Esta visão, inspirada na Agenda 2025 para Moçambique, reafirma a importância da agricultura como um sector de sistemas integrados que contribuem com efeitos multiplicadores para o crescimento económico de Moçambique. Trata-se de uma visão que pressupõe um sector agrário competitivo, rentável e sustentável, capaz de contribuir, de forma equitativa, para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais e urbanas.

4.2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Para se alcançar a Visão do PEDSA deverão ser observados os seguintes princípios orientadores:

- Redução da pobreza através de abordagens adequadas que promovam o crescimento económico e a redução da vulnerabilidade, aumentem a produtividade e o rendimento do trabalho e reduzam a proporção de famílias dependentes da agricultura de subsistência.

- Direito humano a alimentação adequada, o que pressupõe o acesso a quantidades suficientes de alimentos diversificados, seguros e nutritivos.
- Sólida base empresarial (privada, cooperativa e outras) capaz de atrair investimento privado, contribuindo para um ambiente comercial dinâmico, com base em agentes dotados de capacidade de intervenção para criar eficiências na cadeia de valor.
- Sector agrário fornecedor de matérias-primas diversificadas para o sector agro-industrial, capaz de competir, substituir importações e produzir excedentes com qualidade para exportação, e de articular com a indústria nacional de insumos e equipamentos, e ainda com provedores de serviços.
- Quadro legal favorável a investimentos e operações comerciais competitivas.
- Gestão sustentável de recursos naturais, de acordo com objectivos de desenvolvimento económico, social e ambiental, com base em planos de manejo que equilibrem os interesses comunitários, públicos e privados.
- Equilíbrio regional, para o qual a agricultura contribui através da criação de oportunidades de desenvolvimento das potencialidades de cada local.
- Potenciado o papel da mulher nas actividades agrárias, contribuindo para um desenvolvimento social e rural integrado e equitativo.
- Adaptação da base institucional e produtiva aos impactos demográficos e económicos causados por doenças endémicas (SIDA, malária e outras).
- Inovações tecnológicas e difusão de novas tecnologias para o aumento da produção e produtividade, apoiadas por sistemas de formação dos produtores para aumentar as suas capacidades de escolha, absorção e adaptação de tecnologia.
- Uso de informação agrária e de sistemas estatísticos harmonizados e produzidos com métodos universalmente aceites.

- Colaboração entre o sector público e todos os outros sectores envolvidos no desenvolvimento do sector agrário, incluindo parcerias público-privadas, para melhorar a eficiência e reduzir custos ao longo das cadeias de valor.

4.3. OBJECTIVOS

4.3.1 OBJECTIVO ESTRATÉGICO GERAL

Para materializar a visão do sector agrário, o enfoque do plano estratégico terá o seguinte objectivo estratégico:

“Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável garantindo a equidade social e de género”.

Acesso seguro a quantidades suficientes de alimentos nutritivos é um direito humano fundamental. Por isso o objectivo desta estratégia de desenvolvimento agrário, na fase de desenvolvimento em que Moçambique se encontra, é a produção e diversificação de alimentos, especialmente alimentos básicos, para melhorar a situação de segurança alimentar e nutricional da população, reduzindo-se assim os níveis de mal nutrição crónica.

Acelerar a produção de produtos alimentares básicos produz também efeitos secundários e terciários na economia global, contribuindo para o aumento do rendimento nacional, dos níveis de emprego, em particular no meio rural, o desenvolvimento da agro-indústria, a redução de importações de alguns produtos alimentares e o aumento da disponibilidade de alimentos para a população urbana.

O objectivo de contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável deverá guiar as directrizes e programas de todos os actores de desenvolvimento do sector agrário. Para se alcançar este objectivo, o acesso e posse segura aos recursos necessários – terra e outros recursos naturais – é essencial para incentivar o investimento e a boa gestão dos mesmos; deverá assegurar-se também a prestação de serviços básicos em todo o país, bem como de serviços especializados e orientados para o desenvolvimento de cadeias de valor, em particular nas zonas de maior potencial agrário e comercial. Isto requer o fortalecimento de sinergias entre os objectivos de produção para a segurança alimentar e nutricional e para o mercado, os objectivos de uma gestão ambiental sustentável e uma forte coordenação inter-sectorial.

4.3.2 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Para que a visão e o objectivo geral sejam alcançados a médio e longo prazos, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário – PEDSA – assenta em objectivos estratégicos específicos, alinhados com os pilares do Programa Global para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP):

- 1. *Aumentada a produção e produtividade agrária e a sua competitividade***
- 2. *Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização***
- 3. *Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna***
- 4. *Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário***
- 5. *Reforçadas as instituições agrárias.***

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1: AUMENTADA A PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE AGRÁRIA E A SUA COMPETITIVIDADE

O aumento da produtividade é crucial para o melhoramento da competitividade e do crescimento do sector e espera-se que venha a contribuir para reduzir a fome, para aumentar os excedentes comercializáveis e, assim, os rendimentos provenientes da agricultura. As estratégias propostas nesta secção procuram aumentar a disponibilidade de produtos agrícolas e de origem animal pelo aumento da produtividade da terra, do trabalho e do capital. O aumento do uso de tecnologias melhoradas bem como a disponibilidade e gestão de água, são elementos chave tanto para a produção agrícola como para a produção animal. É igualmente importante uma melhor gestão de pragas e doenças; o melhoramento da produtividade do trabalho pela utilização de tecnologias de baixo uso de mão de obra; e o conhecimento teórico e prático dos agricultores, fornecedores de serviços e investigadores. Para melhorar a sua eficácia, todas as intervenções propostas prestam atenção particular ao papel especial das mulheres agricultoras, dos jovens e dos afectados por doenças crónicas, como as pessoas que vivem com HIV e SIDA.

Esta secção constituirá a base para a formulação dos aspectos de irrigação do primeiro pilar do CAADP, que procura aumentar as áreas sob gestão sustentável da terra e água; apoia

também o terceiro pilar do CAADP, que procura aumentar o fornecimento de alimentos e reduzir a fome²; e suporta ainda o quarto pilar do CAADP, que promove a investigação agrária e a disseminação e adopção de tecnologias. Esta secção servirá também de suporte à componente de desenvolvimento da produção animal do documento que acompanha o CAADP. Os resultados e estratégias que se seguem irão contribuir para o aumento da produtividade agrícola e da produção animal.

Resultado 1.1: Adoptadas tecnologias melhoradas pelos agricultores para o aumento da produtividade agrícola e da produção animal

Estratégias:

Aumentar o número de agricultores com conhecimentos teóricos e práticos de aplicação de tecnologias que promovam a produtividade e o crescimento agrícola, manuseamento pós-colheita e comercialização de produtos agrícolas, através do reforço dos sistemas de extensão e pesquisa;

- Aumentar o investimento na agricultura através do desenvolvimento de um ambiente de políticas atractivo e estável, incluindo crédito e desenvolvimento de infra-estruturas de mercado;
- Melhorar o acesso dos agricultores a insumos e serviços agrícolas, especialmente ao crédito;
- Desenvolver programas específicos para apoiar a participação real das mulheres, jovens e agricultores que vivem com HIV e SIDA;
- Aumentar o interesse dos agricultores para investirem na agricultura através do desenvolvimento e manutenção de um ambiente de políticas atractivo e estável e do desenvolvimento de infra-estruturas de mercado;
- Massificar a adopção de tecnologias com impacto no aumento da produtividade
- Promover a assistência técnica para melhoria das práticas agrícolas que influenciam a qualidade da produção;

² A estratégia de segurança alimentar e nutrição existente trata aspectos de nutrição e de redes de segurança. Assim, o PEDSA não se alonga sobre esses importantes aspectos da segurança alimentar.

Resultado 1.2: Aumentada a capacidade dos serviços de extensão para disponibilizar com eficácia tecnologias e práticas avançadas

Estratégias

- Melhorar a coordenação entre os diferentes provedores de serviços de extensão e entre estes e os serviços de investigação
- Estabelecer e manter Centros de Serviços agrários em todo o país;
- Promover contratos de produção com agricultores individuais ou associações, no âmbito da prestação de serviços de extensão pelo sector privado.
- Aumentar a cobertura nacional dos serviços de extensão agrária através de provedores de serviços de extensão públicos e não-públicos (e.g. sector privado e ONGs).
- Prestar formação contínua em tecnologias agrárias avançadas aos extensionistas, incluindo temas sobre igualdade de género e HIV e SIDA;
- Minimizar gradualmente a dispersão geográfica da produção e incentivar a especialização da produção por regiões agro-ecológicas.
- Alocar extensionistas com prioridade para os distritos de maior potencial

Resultado 1.3: Reforçado o sistema de investigação para desenvolver ou adaptar e disponibilizar tecnologias e práticas agrícolas avançadas

Estratégias:

- Dar prioridade à investigação focalizada na produtividade agrária, especialmente no que se refere a sementes melhoradas e materiais para plantio, controle de doenças das plantas e dos animais, desenvolvimento de pastos melhorados, melhoramento dos métodos de cultivo e de criação de animais, e desenvolvimento de tecnologias eficientes para aumentar a participação dos agricultores que vivem com HIV e SIDA;
- Desenvolver a investigação virada a pastagens, rações e suplementos alimentares para os animais, em especial para o gado bovino no tempo de seca
- Criar ligações efectivas e sustentadas entre a investigação, a extensão e os agricultores e outros actores (e.g. fabricantes de equipamentos agrícolas).

- Aumentar o número de cientistas dedicados à investigação agrária através da criação de programas de formação, condições de trabalho atractivas e promoção da participação do sector privado na investigação;
- Reforço de mecanismos para estabelecer prioridades de investigação que sejam conduzidas pela procura, orientadas para o mercado e inovadoras, tomando em consideração as necessidades de grupos específicos, como o das mulheres;
- Dar prioridade à investigação sobre a redução de perdas pós-colheita nas culturas alimentares;
- Dar prioridade e aumentar o investimento na investigação agrária;
- Orientar a produção por zonas agroecológicas e com potencial produtivo

Resultado 1.4: Melhorada a disponibilidade e a gestão de água para a agricultura e para a produção animal

Estratégias

- Melhorar os conhecimentos dos actores relevantes através do aumento do apoio às instituições de formação e aos sistemas de extensão, incluindo o aumento dos conhecimentos dos agricultores em gestão de esquemas de rega;
- Promover a incorporação e o uso de tecnologias de irrigação com água das chuvas pelos agricultores, aumentando-se assim a área irrigada, especialmente nas áreas mais secas.
- Melhorar a gestão da água através do desenvolvimento e implementação de uma política nacional integrada de gestão da água, associada a instrumentos legais e a uma estratégia para usos agrícolas e outros, bem como para a mitigação dos riscos derivados das mudanças climáticas;
- Reforçar e racionalizar o quadro institucional para a prestação de apoio aos agricultores na área de irrigação em conformidade com a política e estratégia de gestão de águas;
- Melhorar a recolha, conservação e gestão de águas da chuva através da criação de capacidade e da promoção de tecnologias apropriadas;
- Construir e reabilitar sistemas de rega e drenagem

Resultado 1.5: Melhorada a fertilidade dos solos

- Promover o Uso de recursos minerais locais para a melhoria da fertilidade de solos e produção de rações com maior destaque para o Calcário, Diatomites, Fsfatos e Guano.

- Melhorar os conhecimentos teóricos e práticos dos agricultores em práticas sustentáveis de cultivo, incluindo agricultura de conservação;
- Promover actividades agro-florestais para protecção do solo e recuperação de terras degradadas;
- Investir na investigação para aumentar as opções de conhecimentos e práticas de melhoramento da fertilidade dos solos, incluindo a investigação em fertilizantes orgânicos e químicos, opções de produção animal-aquacultura-agricultura ou florestas-agricultura-produção animal para melhoramento da fertilidade do solo;
- Aumentar o uso de fertilizantes.

Resultado 1.6: Melhorado o controle de pragas e doenças das culturas e dos animais de criação

Estratégias

- Reforçar os sistemas de quarentena para plantas e animais, em particular plantas e animais importados;
- Investir na construção e reabilitação de infra-estruturas públicas de cuidados veterinários, produção e comercialização, incluindo o envolvimento dos agricultores na sua manutenção;
- Reforçar a prevenção e controlo das principais doenças do gado através de programas de vacinação obrigatórios e de banhos carracicidas
- Reforçar a capacidade do MINAG para definir padrões e melhorar a monitorização e cumprimento dos regulamentos através de formação e investimento em laboratórios e outras infra-estruturas físicas;
- Implementar programas de erradicação de doenças de plantas e animais sempre que possível, especialmente dos que são economicamente significativos;
- Aumentar a consciência pública da importância e dos mecanismos de controle de pragas e doenças de maneira segura e sustentável;
- Promover o uso de tecnologias de controle integrado de pragas e doenças, incluindo métodos biológicos de controle, sempre que viável;
- Reforçar do sistema de rastreio do gado;
- Criar um ambiente conducente ao aumento da disponibilidade (através de produção interna ou importação), uso seguro e remoção de agro-químicos para o controle de doenças das plantas e de drogas e medicamentos para controle de doenças animais;
- Participar em protocolos internacionais sobre padrões de produção segura de plantas e animais, seu armazenamento, processamento, comercialização e consumo.

Resultado 1.7: Aumentada a mecanização agrária e o uso de tecnologias eficientes

Estratégias:

- Através da implementação da política e estratégia, criar um ambiente conducente a atrair o sector privado para a produção e importação de máquinas e equipamentos agrícolas, incluindo os destinados atracção animal, aumentando assim a disponibilidade de tecnologias de baixo uso de mão de obra;
- Expandir a agricultura de conservação como instrumento de economia da mão de obra, recuperação de solos degradados e gestão da humidade, incluindo pacotes integrados de manejo da produção e de controlo de pragas
- Aumentar o acesso dos agricultores e dos fornecedores de equipamento agrícola a crédito acessível;
- Produzir e disseminar entre os agricultores conhecimentos teóricos e práticos sobre o uso de tecnologias apropriadas, incluindo equipamentos mecanizados e de tracção animal para culturas específicas e apropriados a zonas agrícolas específicas, prestando atenção particular às necessidades das mulheres agricultoras e aos agricultores que vivem com doenças crónicas, como o HIV e o SIDA;
- Conduzir uma pesquisa dirigida ao aumento da disponibilidade de raças apropriadas para tracção animal por agricultores de ambos os sexos;
- Aumentar a disponibilidade e o acesso a cuidados veterinários.

Resultado 1.8: Aumentada a produção de culturas para bio-combustíveis

Estratégias:

- Criar incentivos para o investimento privado na manutenção, multiplicação e distribuição de sementes para as plantas destinadas à produção de bio-combustíveis;
- Melhorar a orientação nacional sobre a produção e processamento de bio-combustíveis, através do desenvolvimento e da implementação de políticas e estratégias coerentes para o uso sustentável da terra e da água, e as suas implicações sobre a segurança alimentar e a redução da pobreza;
- Elevar os conhecimentos teóricos e práticos dos produtores e processadores de culturas de bio-combustíveis.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2: MELHORADAS AS INFRA-ESTRUTURAS E OS SERVIÇOS PARA OS MERCADOS E COMERCIALIZAÇÃO

Uma boa infra-estrutura e serviços para os mercados e a comercialização baixam os custos de transacção e representam um incentivo importante para que os agricultores produzam excedentes. Assim, o melhoramento das infra-estruturas e serviços para os mercados e a comercialização é um pré-requisito importante para o crescimento acelerado do sector agrário e para o melhoramento da sua competitividade ao longo de toda a cadeia de valor. O enfoque será por isso colocado no melhoramento das estradas rurais, das instalações dos mercados e das estruturas relacionadas com os mercados agrícolas, da qualidade e dos padrões dos produtos agrícolas, e no acréscimo de valor e da capacidade de todos os actores que têm uma contribuição real ao longo de toda a cadeia. Prestar-se-á a atenção devida ao papel, interesses e necessidades das mulheres agricultoras, processadoras e comerciantes.

Os programas desta secção servirão de base para a formulação de programas relativos ao segundo pilar do CAADP em Moçambique: melhorar a infra-estrutura e as capacidades relacionadas com a comercialização para acesso aos mercados. Apresentam-se a seguir os resultados e estratégias para melhoramento das infra-estruturas e serviços de apoio à comercialização e mercados.

Resultado 2.1: Aumentado o investimento do Governo na agricultura e em infra-estruturas rurais

Estratégias

- Melhorar as infra-estruturas dos mercados para facilitar a recolha, o armazenamento e o manuseamento pós-colheita dos produtos agrícolas para se atingir os padrões aceites internacionalmente, aumentando assim o comércio de produtos agrícolas;
- Expandir o acesso a informação de mercado de produtos agrícolas, incluindo através do uso de telecomunicações e outras tecnologias de informação.
- Dotar as zonas de maior potencial de estradas rurais, electrificação rural e infra-estruturas de comunicação e mercado;

Resultado 2.2: Melhorada a infra-estrutura rural (rede de estradas, instalações de armazenamento, mercados)

Estratégias

- Expandir a rede de infra-estruturas de mercados rurais, incluindo instalações de armazenamento, assegurando em particular o acesso durante todo o ano a áreas de grande potencial produtivo;
- Desenvolver a rede de estradas, de electrificação e as comunicações no meio rural;
- Promover emprego rural através da implementação de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas rurais, prestando atenção devida à participação equitativa das mulheres e dos jovens.

Resultado 2.3: Melhorada a capacidade de regulamentação e cumprimento dos padrões e garantia de qualidade dos produtos agrícolas e animais

Estratégias

- Harmonizar o quadro legal e regulador da comercialização agrária em linha com os protocolos regionais relativos aos regulamentos fitossanitários e zoossanitários, bem como ao CODEX, no que se refere à produção de alimentos seguros;
- Criar capacidade nacional para apoiar o cumprimento dos requisitos da Organização Mundial de Comércio, assim como dos parceiros regionais como a SADC, aumentando o comércio com parceiros internacionais;
- Promover a investigação sobre culturas e produção animal, no que se refere aos seus standards de qualidade e segurança;
- Aumentar a capacidade dos funcionários do Ministério a todos os níveis, através de acções de formação em análise, monitorização e cumprimento de padrões e qualidade e segurança dos produtos agrários.

Resultado 2.4: Aumentado o valor dos produtos agrícolas e animais

Estratégias

- Desenvolver e implementar políticas e estratégias para aumentar o processamento de produtos agrícolas;
- Aumentar a disponibilidade de informação fiável sobre mercados para apoiar a decisão relativa a negócios agrários.
- Melhorar a capacidade empresarial através de pacotes de formação vocacional, que incluem alfabetização, aritmética, técnicas de processamento de produtos agrícolas e conhecimentos de gestão de empresas e comercialização;

- Facilitar o acesso dos empresários ao crédito.

Resultado 2.5: Melhorado o manuseamento pós-colheita dos produtos agrícolas

Estratégias

- Aumentar a capacidade de armazenamento, conservação e protecção de produtos agrícolas após a colheita;
- Aumentar a formação de todos os intervenientes no processo de manuseamento pós-colheita dos produtos agrícolas;
- Promover a construção de celeiros melhorados a nível do sector familiar;
- Promover parcerias entre o sector público e o sector privado para a reabilitação e gestão de silos públicos;

Resultado 2.6: Melhorada a capacidade dos actores ao longo de toda a cadeia de valor (agricultores, processadores de produtos agrários, comerciantes) para participarem nos mercados doméstico e internacional

Estratégias

- Aumentar as linhas de crédito para as empresas agrárias;
- Criar linhas especiais de financiamento destinados aos jovens agricultores
- Promover o modelo tripartido de crédito (Banco, Produtores e agro-indústria) para assegurar a minimização do risco
- Promover o seguro agrário
- Expandir e acelerar a iniciativa de Fundos de Garantia para a agricultura
- Promover o desenvolvimento de cadeias de valor para os produtos agrários nos Corredores de Nacala, Beira e Maputo.
- Apoiar os beneficiários de créditos agrícolas e os beneficiários de Fundos para o Desenvolvimento dos Distritos (FDD) com informação técnica e aconselhamento para o desenvolvimento de empresas agrárias;
- Aumentar o acesso dos empresários a informação e formação em agro-negócio;
- Reforçar as iniciativas para atrair investimentos do sector privado para o sector agrário e melhorar as medidas para a sua protecção.

Resultado 2.7: Reforçada a capacidade do sector privado para fornecer insumos agrários (sementes, fertilizantes, agro-químicos, drogas e medicamentos para uso veterinário, instrumentos, implementos e maquinaria)

Estratégias

- Promover a criação e o reforço de associações de agricultores, fornecedores de insumos agrários, transportadores e processadores;
- Facilitar o acesso dos comerciantes agrários ao crédito;
- Prestar formação e melhorar o acesso dos fornecedores de insumos a informação técnica e de mercado sobre insumos agrários (sementes e outros materiais de plantio, fertilizantes, agro-químicos, drogas e medicamentos para uso veterinário, maquinaria e implementos agrícolas).

Resultado 2.8: Sistema de informação para recolher e dissemina informação para tomada de decisão – agricultores, processadores, comerciantes e fazedores de políticas – em funcionamento

Estratégias

- Criar um sistema de informação agrária abrangente e amplamente disponível a todos os interessados;
- Promover o uso das telecomunicações para a disseminação de informação dos mercados agrícolas;
- Melhorar a capacidade dos funcionários do MINAG para administrarem com eficiência o sistema de informação agrária através de acções de formação e de actualização;
- Aumentar a capacidade dos agricultores, comerciantes e outros interessados no sector agrário, no uso da informação agrária para tomada de decisão.

Resultado 2.9: Reforçadas as políticas de apoio aos mercados de insumos

Estratégias

Rever o quadro legal, as políticas e as estratégias que afectam os mercados de insumos, tendo em vista a promoção do aumento do envolvimento do sector privado no fornecimento de insumos agrícolas;

Reforçar os incentivos para o envolvimento do sector privado no fornecimento de insumos agrícolas, e.g. através de incentivos fiscais melhorados;

Prestar formação e aumentar a participação dos fornecedores de insumos agrícolas no processo de formulação de políticas nesta área.

Reduzir o custo dos fertilizantes através de importações a granel.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3: USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS DE TERRA, ÁGUA E FLORESTAS E FAUNA

A gestão e o uso sustentável dos recursos de terra, água e florestas são críticos para a segurança alimentar e nutricional da presente geração sem comprometer a disponibilidade desses recursos para as futuras gerações. O seu uso sustentável é também parte integrante de uma resposta para mitigar os riscos devidos à degradação das florestas e da terra, e às mudanças climáticas. Para o sucesso deste objectivo é fulcral o melhoramento das capacidades de todos os intervenientes na gestão destes recursos.

Esta secção do PEDSA irá apoiar programas que estão relacionados com o primeiro pilar do CAADP, o qual procura ampliar a área sob gestão sustentável da terra e a componente de florestas do documento anexo ao CAADP.

Resultado 3.1: Aumentado o conhecimento teórico e prático no uso sustentável dos recursos naturais – terra, água, florestas e fauna

Estratégias

- Realizar inventários de recursos naturais e planos de manejo para os recursos de terra, água, florestas e fauna;
- Rever o quadro legal para reforçar medidas para desencorajar o abate indiscriminado de árvores, fauna, queimadas descontroladas e para melhorar a gestão das margens dos rios;
- Aumentar as oportunidades de formação dos funcionários dos ministérios e outros actores do subsector, aumentando assim o conjunto de especialistas para a promoção e a consciencialização pública sobre o uso sustentável dos recursos naturais;
- Aumentar a segurança de posse da terra, promovendo-se assim o aumento do investimento em melhoramentos na terra por parte do sector privado;
- Desenvolver e implementar políticas e estratégias para mitigar o impacto das mudanças climáticas sobre os recursos naturais e, em última instância, sobre a segurança alimentar e os modos de vida rurais, prestando-se atenção particular aos papéis dos homens e das mulheres.

Resultado 3.2: Melhorada a capacidade do Ministério da Agricultura, Ministério do Ambiente e outros actores (e.g. as ONGs) para analisar e formular políticas e programas relacionados com a terra, água, florestas e mudanças climáticas

Estratégias

- Aumentar a consciência do público em geral e dos que formulam políticas de gestão de recursos naturais, para a importância da sua gestão sustentável;
- Aumentar as oportunidades de formação dos funcionários do ministério e outros actores do sector em análise e formulação de políticas e programas, incluindo as relações de género;
- Reforçar o sistema de gestão de informação para a recolha e disseminação de dados sobre terras, água, florestas, fauna e efeitos das mudanças climáticas

Resultado 3.3: Melhorada a gestão da terra

Estratégias:

- Criar um plano nacional de uso da terra
- Aumentar a capacidade de supervisão do uso da terra, evitando assim que haja terras ociosas com maior destaque para os perímetros irrigados
- Actualizar e disseminar informação sobre a adequabilidade das culturas mais importantes a diferentes zonas agro-ecológicas.

Resultado 3.4: Recursos florestais usados de forma sustentável

Estratégias

- Rever o quadro legal para reforçar medidas para desencorajar o abate indiscriminado de árvores;
- Aumentar a capacidade do governo para monitorar e fazer cumprir as leis e regulamentos relacionados com o uso e a gestão das florestas;
- Conduzir regularmente o inventário dos recursos florestais para apoiar a formulação e implementação de planos sustentáveis de manejo florestal;
- Promover a criação de florestas comunitárias, principalmente em áreas em risco de erosão.
- Promover plantações florestais comerciais e unidades de processamento de produtos florestais;
- Desenvolver e disseminar modelos de parceria entre investidores e comunidades para gestão sustentável de recursos florestais;
- Promover a produção e comercialização de produtos florestais não madeireiros.

Resultado 3.5: Aumentada a capacidade das comunidades rurais para prevenir e controlar as queimadas florestais

Estratégias

- Implementar uma ampla campanha de informação sobre o impacto negativo das queimadas florestais para aumentar a capacidade e a disponibilidade das comunidades para monitorar e reportar a sua ocorrência;
- Rever o quadro legal para reforçar as medidas de controle das queimadas;
- Aumentar a capacidade do sector público para monitorar e responder às necessidades de controlo dos fogos florestais através de campanhas de formação e de disponibilização de recursos, incluindo transporte;
- Criar um sistema de aviso prévio e uma base de dados da ocorrência de queimadas descontroladas.

Resultado 3.6: Melhorada a capacidade das comunidades rurais e dos funcionários do sector de fauna bravia para uma gestão sustentável destes recursos e diminuição do conflito homem-fauna bravia

Estratégias

- Criar um sistema de informação sobre os conflitos homem-fauna bravia e assegurar a sua actualização e acessibilidade;
- Implementar a vedação das áreas de conservação e caça conforme requerido;
- Aumentar a capacidade dos funcionários do governo e outros actores (e.g. ONGs) para prestarem às comunidades aconselhamento especializado sobre como lidar com o conflito homem-fauna bravia;
- Implementar campanhas de consciencialização e consulta às comunidades mais vulneráveis ao conflito homem-fauna bravia, conduzindo a soluções sustentáveis para lidar com os riscos associados à existência de fauna bravia.

Resultado 3.7: Melhorada a capacidade de resposta aos efeitos das mudanças climáticas

Estratégias:

- Aumentar a produção e a disseminação de informação agro-climática;
- Reforçar os sistemas de aviso prévio;
- Identificar e mapear as áreas propensas a calamidades naturais e mudanças climáticas e formular programas de desenvolvimento agrário para essas zonas;
- Desenvolver e implementar uma estratégia para mitigação dos riscos associados a calamidades naturais e mudanças climáticas, adaptando os sistemas de produção para diversificar as fontes de rendimento;
- Reforçar a capacidade de adaptação dos produtores agrários a situações de estiagem e de mudanças climáticas através de acções de formação sobre opções de resposta;

- Promover agricultura de conservação, particularmente em zonas áridas e semi-áridas;
- Aumentar a investigação sobre variedades de culturas alimentares e de rendimento, de maturação precoce e resistentes à seca;

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4: QUADRO LEGAL E POLÍTICAS CONDUCENTES A INVESTIMENTO AGRÁRIO

A existência de um quadro legal e de políticas adequadas é fundamental para criar incentivos e atrair investimentos para o sector agrário. É importante que as políticas sectoriais sejam harmonizadas no interior do próprio sector e entre os diferentes sectores, tendo em conta os acordos e instrumentos regionais e internacionais em vigor. É ainda importante que a sua formulação seja apoiada por um sistema de informação agrária fiável. O aumento da segurança de posse da terra constitui um factor igualmente crucial para o investimento privado no sector agrário.

Esta secção é, portanto, transversal, e suporta todas as outras secções do PEDSA, ao mesmo tempo que se relaciona com todos os pilares do CAADP.

Resultado 4.1: Políticas consistentes com os objectivos do sector

Estratégias

- Rever e formular políticas coerentes para o sector agrário e áreas relacionadas, tendo em atenção os seus objectivos de desenvolvimento;
- Desenvolver uma política de exportação de produtos agrícolas para promover as exportações para os mercados regionais e outros mercados internacionais;
- Integrar questões de género nas políticas e programas respeitantes à agricultura e à segurança alimentar;
- Rever as políticas e programas para garantir a sua harmonização com protocolos e programas regionais e internacionais, como o CAADP;
- Melhorar e actualizar o quadro legal para orientar a prestação de serviços do sector público à agricultura;
- Rever e reforçar o quadro institucional para facilitar a aplicação de políticas, estratégias e instrumentos legais, promovendo assim a confiança dos investidores;

- Aumentar as oportunidades de formação em análise, formulação e uso de políticas agrárias dos funcionários do MINAG e de outros sectores da função pública, sector privado e outros;
- Aumentar os níveis de despesa pública na agricultura de acordo com os compromissos assumidos no âmbito do NEPAD/CAADP.

Resultado 4.2: Reforçado o sistema de informação agrária

Estratégias

- Criar um sistema de informação agrária abrangente e amplamente acessível, com base em sistemas aprovados e testados internacionalmente, e com dados desagregados por género, sempre que apropriado;
- Capacitar os funcionários do MINAG e de outros ministérios relevantes em sistemas de informação agrária e criar oportunidades de formação nesta área para o sector privado e outros actores;
- Melhorar a coordenação dos vários actores que devem alimentar o sistema de informação agrária.

Resultado 4.3: Melhorada a segurança de posse e administração da terra

Estratégias:

- Assegurar que os direitos adquiridos sobre a terra gozem de protecção adequada a nível do cadastro e registo de terras
- Promover a delimitação e certificação das terras das comunidades locais
- Simplificar os procedimentos para obtenção de títulos da terra e clarificar os papeis dos actores nas diferentes fases do processo, de forma a encurtar os actuais 90 dias;
- Aumentar a consciência dos proprietários de terra sobre os seus direitos e responsabilidades;
- Simplificar e acelerar o processo de resolução de conflitos sobre terras;
- Aumentar a capacidade do sector público para prestar serviços de transacção relacionados com a terra, incluindo a aquisição ou a cessão de terras e a resolução de conflitos sobre a terra;
- Melhorar o acesso e a posse da terra pelas mulheres, prestando atenção particular às necessidades e interesses dos agregados chefiados por mulheres.

- Melhorar a segurança da posse da terra através da revisão e implementação do quadro legal e instrumentos reguladores, a fim de garantir os direitos individuais e comunitários e a resolução de conflitos;

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5: REFORÇADAS AS INSTITUIÇÕES AGRÁRIAS

Para o sucesso da implementação do desenvolvimento do sector agrário e dos programas de segurança alimentar é necessário fortalecer as instituições relevantes dos sectores público, privado e da sociedade civil. É igualmente importante melhorar a coordenação institucional.

As estratégias contidas nesta secção são de natureza transversal e deverão constituir o suporte de todos os programas do PEDSA e de todos os programas relacionados com os pilares do CAADP.

Resultado 5.1: Reforçadas as organizações de agricultores

Estratégias

- Elevar a consciência dos agricultores sobre os instrumentos legais e políticas que governam as organizações de agricultores e o sector agrário como um todo, incluindo a Lei das Cooperativas;
- Melhorar o conhecimento teórico e prático dos agricultores, prestando-lhes formação em alfabetização e aritmética vocacional, gestão de cooperativas, técnicas empresariais, gestão de contratos e *lobbying*;
- Promover contratos de produção entre organizações de agricultores e o sector privado;
- Facilitar o acesso de organizações de agricultores a crédito através de mecanismos como esquemas de garantias, em colaboração com instituições financeiras locais.

Resultado 5.2: Melhorado o capital humano

Estratégias

- Desenvolver e implementar um programa a médio-prazo para o desenvolvimento dos recursos humanos do sector agrário;
- Reforçar os mecanismos de ligação e coordenação entre o Ministério da Agricultura e instituições de formação a todos os níveis para talhar os *curricula* da educação às necessidades do desenvolvimento agrário e para melhorar a integração dos sistemas locais de conhecimento;
- Aumentar o número e a capacidade das escolas agrárias para a formação de agricultores, técnicos e gestores;
- Rever e reforçar os *curricula* das instituições de educação para promover a inclusão de materiais para educação em agricultura, nutrição e segurança alimentar;
- Rever e ajustar as condições de trabalho no sector público para melhorar a retenção dos melhores funcionários;
- Melhorar as condições das habitações dos funcionários das estações rurais para atrair e reter nesses locais o pessoal qualificado;
- Desenvolver e implementar um programa para melhorar a integração das pessoas que vivem com HIV e SIDA, no desenvolvimento do sector agrário.

Resultado 5.3: Reforçada a coordenação das instituições agrárias e de segurança alimentar

Estratégias

- Reforçar os mecanismos para facilitar a coordenação do sector público e privado, da sociedade civil e das instituições dos parceiros de desenvolvimento em segurança alimentar, de uma forma abrangente;
- Melhorar a partilha de informação entre todos os actores que intervêm na área de segurança alimentar e no sector agrário;
- Reforçar o sistema de gestão, a documentação e os arquivos de informação do Ministério da Agricultura;
- Melhorar a capacidade dos actores a nível distrital e local para partilharem informação entre si e com o Ministério da Agricultura a nível nacional, através do melhoramento da tecnologia de informação e outros equipamentos de comunicação.

RESUMO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE MOÇAMBIQUE

Visão	Um sector agrário integrado, próspero, competitivo e sustentável
Objectivos Estratégico	Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários, de maneira competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de género
Objectivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentada a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade • Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização • Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna • Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário • Reforçadas as instituições agrárias

Objectivo Estratégico 1 Aumentada a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade	Objectivo Estratégico 2 Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização	Objectivo Estratégico 3 Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna	Objectivo Estratégico 4 Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário	Objectivo Estratégico 5 Reforçadas as instituições agrárias
1.1 Adoptadas tecnologias melhoradas pelos agricultores para o aumento da produtividade agrícola e da produção animal	2.1 Aumentado o investimento do governo na agricultura e em infra-estruturas rurais	3.1 Aumentado o conhecimento teórico e prático no uso sustentável dos recursos naturais – terra, água, florestas e fauna	4.1 Políticas consistentes com os objectivos do sector	5.1 Reforçadas as organizações de agricultores
1.2 Aumentada a capacidade dos serviços de extensão	2.2 Melhorada a infra-estrutura rural (rede de estradas, instalações de armazenamento,	3.2 Melhorada a capacidade do Ministério da	4.2 Reforçado o sistema de informação agrária	5.2 Desenvolvido o capital humano

Objectivo Estratégico 1 Aumentada a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade	Objectivo Estratégico 2 Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização	Objectivo Estratégico 3 Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna	Objectivo Estratégico 4 Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário	Objectivo Estratégico 5 Reforçadas as instituições agrárias
para disponibilizar com eficácia tecnologias e práticas avançadas	mercados)	Agricultura, Ministério do Ambiente e outros actores (eg. ONGs) para analisar e formular políticas e programas relacionados com a terra, água, florestas e mudanças climáticas		
1.3 Reforçado o sistema de investigação para desenvolver ou adaptar e disponibilizar tecnologias e práticas agrárias avançadas	2.3 Melhorada a capacidade de regulamentação e cumprimento dos padrões e garantia de qualidade dos produtos agrícolas e animais	3.3 Melhorada a gestão da terra	4.3 Melhorada a segurança de posse e administração da terra	5.3 Reforçada a coordenação das instituições agrárias e de segurança alimentar
1.4 Melhorada a disponibilidade e a gestão de água para a agricultura e para a produção animal	2.4 Acrescentado valor aos produtos agrícolas, animais e florestais	3.4 Recursos florestais usados de forma sustentável		
1.5 Melhorada a fertilidade do solo	2.5 Melhorado o manuseamento pós-colheita dos produtos agrícolas	3.5 Aumentada a capacidade das comunidades rurais para prevenir e controlar as queimadas florestais		
1.6 Melhorado o controle de pragas e doenças das	2.6 Melhorada a capacidade dos actores ao longo de	3.6 Melhorada a capacidade das comunidades rurais e		

Objectivo Estratégico 1 Aumentada a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade	Objectivo Estratégico 2 Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização	Objectivo Estratégico 3 Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna	Objectivo Estratégico 4 Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário	Objectivo Estratégico 5 Reforçadas as instituições agrárias
culturas e dos animais de criação	toda a cadeia de valor (agricultores, processadores de produtos agrários, comerciantes) para participarem nos mercados doméstico e internacional	dos funcionários do sector de fauna bravia para uma gestão sustentável destes recursos e diminuição do conflito homem-fauna bravia.		
1.7 Aumentada a mecanização agrária e o uso de tecnologias eficientes	2.7 Reforçada a capacidade do sector privado para fornecer insumos agrários (sementes, fertilizantes, agro-químicos, drogas e medicamentos para uso veterinário, instrumentos e equipamento)	3.7 Melhorada a capacidade de resposta aos efeitos das mudanças climáticas		
1.8 Aumentada a produção de culturas para bio-combustíveis	2.8 Sistema de informação para recolher e disseminar informação para tomada de decisão – agricultores, processadores, comerciantes e fazedores de políticas - em funcionamento			
	2.9 Reforçadas as políticas de apoio aos mercados de			

Objectivo Estratégico 1	Objectivo Estratégico 2	Objectivo Estratégico 3	Objectivo Estratégico 4	Objectivo Estratégico 5
Aumentada a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade	Melhoradas as infra-estruturas e os serviços para os mercados e comercialização	Uso sustentável dos recursos de terra, água, florestas e fauna	Quadro legal e políticas conducentes a investimento agrário	Reforçadas as instituições agrárias
	insumos			

PARTE III: QUADRO OPERACIONAL

5 IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

5.1 ABORDAGEM DE IMPLEMENTAÇÃO DO PEDSA

A transformação da agricultura, que é essencialmente de subsistência, numa agricultura comercial, não vai ser alcançada a curto prazo. No entanto, prioridades bem definidas constituem uma base segura para a desejada transformação rápida e sustentável do aector. O PEDSA incorpora intervenções de âmbito nacional, com espaço para prioridades locais em zonas cujas condições são propícias para a produção, e numa abordagem de cadeia de valor.

O crescimento da produtividade e da produção agrária vai depender da remoção dos obstáculos ao longo da cadeia e do apoio a ser dado à produção e comercialização de produtos e insumos. Esta abordagem requer que a implementação do PEDSA promova o desenvolvimento das cadeias de valor. Na sua operacionalização aplicam-se os seguintes princípios

- *Harmonização do desenvolvimento agrário com o processo de descentralização em curso*
- *Promoção da iniciativa privada e responsabilização dos actores, sobretudo nas parcerias público-privadas*
- *Boa governação*
- *Equidade entre os beneficiários da acção pública*
- *Envolvimento sinérgico e a longo prazo dos diferentes actores numa perspectiva de ganhos mútuos*
- *Integração regional e observância dos acordos internacionais*
- *Avaliação e actualização periódica da estratégia*
- *Estabelecimento de planos de implementação do PEDSA*

5.2 O PAPEL DOS ACTORES CHAVE

Na implementação do PEDSA o sector público, privado, cooperativo, associativo e a sociedade civil desempenham todos um papel importante. As parcerias público-privadas serão privilegiadas, onde forem aplicáveis e sempre que vantajosas em relação à intervenção separada dos sectores.

5.2.1 O SECTOR PÚBLICO

O papel do sector público será o de criar condições favoráveis para que os produtores (pequenos, médios e comerciais) possam exercer as suas actividades num ambiente competitivo, provendo bens e serviços tais como a investigação agrária, a extensão agrária, os serviços agrários especializados de sementes, de protecção fito e zoossanitária, e de administração de terras. Este papel será desempenhado ao longo das várias cadeias de valor.

Tal como historicamente estabelecido, o papel central do governo em economias de mercado livre é garantir a segurança de pessoas e propriedades, a provisão de um ambiente macroeconómico estável, infra-estruturas básicas e serviços sociais (saúde, educação e água).

Os ministérios têm por mandato apoiar, promover e guiar a produção e industrialização, de modo a assegurar melhor qualidade de produtos e serviços para o consumo doméstico e exportação. Ao implementar este papel as seguintes funções são pertinentes:

- Formular e rever políticas nacionais, padrões e planos para o desenvolvimento agrário;
- Fazer cumprir as normas e regulamentos e aplicar as penalidades legalmente previstas;
- Prover aconselhamento técnico, formação e supervisão aos governos locais nas áreas relevantes, com destaque para as actividades resultantes da descentralização de serviços e descompressão de competências;
- Estabelecer e manter informação base sobre o sector agrário;
- Monitorar e fiscalizar os processos para assegurar que os provedores de serviços cumpram com as normas e padrões estabelecidos;
- Coordenar, facilitar e fazer a supervisão de projectos e programas nacionais de desenvolvimento agrário;
- Mobilizar recursos financeiros e assistência técnica e prover serviços e bens que forem de sua responsabilidade para apoiar investimentos privados;
- Administrar o uso e aproveitamento de terras, florestas e fauna bravia;
- Criar condições e capacidade financeira para desenvolvimento do sector privado agrário

O sector público, para implementação do papel que lhe cabe nesta estratégia, irá estabelecer parcerias com instituições internacionais de carácter público, como por exemplo as instituições internacionais de pesquisa que fazem parte do Grupo Consultivo das Instituições de Investigação Agrária (CGIAR). Estas instituições, algumas delas com

representação em Moçambique, irão intervir na pesquisa com impacto a nível regional e espera-se que contribuam para uma maior produtividade da agricultura Moçambicana.

A transformação da agricultura vai implicar um uso acrescido de mão-de-obra e insumos pelos produtores, o que deverá resultar em mais produção agrária. Os aumentos vão exigir mais mercados, mais serviços de transporte, mais armazenagem, mais indústrias de agro processamento, mais embalagens, mais crédito à produção e marketing e mais serviços financeiros e jurídicos.

Este processo de crescimento irá ampliar o negócio e as oportunidades de emprego no sector privado que, por sua vez, deverá também aumentar a sua capacidade para se tornar mais produtivo, competitivo e eficiente.

No seu papel de estabelecer políticas adequadas, normas e regulamentos e melhores infra-estruturas sociais e económicas, o sector público irá investir na criação e aumento da capacidade das instituições do sector privado, cooperativas, associações e organizações de produtores, de forma a apoiá-los no salto crítico na etapa inicial.

O papel do sector privado vai ser fortalecido através do seu envolvimento na implementação dos planos do sector e através da sua contratação para o fornecimento directo de serviços públicos aos produtores, sempre que haja vantagens comparativas, numa base comercial.

O Governo vai também promover o sector privado ao expandir oportunidades de participação no processo de formulação de políticas e implementação de programas financiados pelo sector público.

5.2.2 O SECTOR PRIVADO

O sector privado constitui a maior categoria no desenvolvimento da economia. Inclui produtores, comerciantes, processadores e provedores de serviços em finanças rurais, agrimensura e outros profissionais liberais.

Este sector é, em Moçambique, dominado pelos produtores de subsistência, produzindo uma larga gama de produtos essencialmente para o consumo doméstico. A transformação da agricultura vai resultar no crescimento da agricultura comercial e, com a consequente redução no número de pequenas explorações, no aumento do tamanho médio das explorações e da produtividade.

5.2.3 A SOCIEDADE CIVIL

As organizações da sociedade civil, particularmente as organizações não-governamentais e as universidades, têm um papel fundamental no desenvolvimento do capital humano e social. Assim, espera-se que as organizações da sociedade civil participem neste plano estratégico através da organização dos produtores em associações/cooperativas e da sua respectiva formação. Este processo será também apoiado por universidades, em particular no que refere a estudos e análise de políticas.

5.2.4 OS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Os parceiros de cooperação participam na consolidação da estratégia, na definição dos programas e no seu co-financiamento.

5.3 PLANIFICAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO

5.3.1 MONITORIA E AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE PLANIFICAÇÃO

Ao fornecer um quadro orientador para as políticas e desenvolvimento do sector como um todo, a implementação do PEDSA tem que, por um lado, assegurar uma atribuição eficiente dos recursos do sector e, por outro, reforçar as ligações entre os diferentes actores, nomeadamente (i) o sector público - governos central e local; (ii) o sector privado – produtores, criadores, silvicultores e provedores de serviços; (iii) a sociedade civil – ONGs, organizações comunitárias, instituições académicas e o público em geral; e (iv) os parceiros de desenvolvimento.

O Sistema Nacional de Planificação fornece o quadro para articulação dos diferentes instrumentos de planificação que constituem a base anual sobre a qual são planificadas e implementadas as actividades no âmbito do PEDSA. Assim, de forma consistente, o PEDSA alimenta e contribui com conteúdo específico para os instrumentos de médio prazo:

- O ***Programa Quinquenal do Governo (PQG)*** que apresenta os objectivos e prioridades de política nacional de desenvolvimento, assim como as estratégias para atingir esses objectivos.

- O ***Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP)*** que operacionaliza o Programa do Governo e os planos estratégicos sectoriais e territoriais, que contribuem com acções específicas para o alcance do principal objectivo do PQG.
- O ***Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)***, instrumento trienal de programação financeira, que apresenta a projecção da geração e atribuição de recursos internos e externos, bem como a estrutura das despesas sectoriais.

Estes documentos são operacionalizados anualmente através dos seguintes instrumentos:

- O ***Plano Económico e Social (PES)*** apresenta os principais objectivos económicos e sociais e acções durante um ano económico específico, para contribuir para a redução da pobreza absoluta. É o instrumento de política que anualmente operacionaliza o PQG e;
- O ***Orçamento Geral do Estado (OGE)*** traduz os objectivos de política definidos no PES em necessidades e atribuições financeiras anuais. O PEDSA dará primazia à ligação entre o PES e o OGE, de modo a garantir a consistência e coerência entre os planos e os meios públicos financeiros e humanos, disponíveis.

A monitoria da implementação do PEDSA recai nas seguintes áreas gerais:

- ***Implementação das actividades do PEDSA*** - é muito importante que o MINAG desenvolva sistemas descentralizados para monitorar a eficiência, eficácia e impacto da implementação das actividades em todas as áreas de intervenção prioritária a nível dos beneficiários.
- ***Desempenho do sector agrário*** - envolve a monitoria do desempenho do sector agrário tanto do ângulo sectorial como da perspectiva do produtor. Nesta base é crucial que se desenvolva uma capacidade mais forte em monitoria e avaliação.
- ***Consistência com o PEDSA*** – é fundamental que programas, actividades e directrizes ministeriais, bem como planos de desenvolvimento distrital, sejam consistentes com o PEDSA. Os critérios de consistência com o PEDSA incluem:
 - Contribuição para os objectivos do PEDSA
 - Implementação de acordo com os princípios do PEDSA
 - Actividades e projectos específicos enquadrados em subprogramas específicos.
- ***Impacto na segurança alimentar, no acesso aos mercados e no uso de recursos naturais***

Será estabelecido um sistema de monitoria e avaliação para assegurar que as actividades planificadas sejam implementadas com eficácia. Este sistema vai estar ligado à gestão financeira e vai alimentar o processo de orçamentação e de atribuição de recursos.

Em anexo apresenta-se a matriz de indicadores que inclui as metas nucleares para o sector agrário do PQG.

5.4 OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PRIORITÁRIO PELO ERÁRIO PÚBLICO

A Declaração de Maputo sobre o financiamento à agricultura indica que pelo menos 10% do orçamento do Estado deve ir para o sector agrário para permitir que o crescimento do sector seja de 6% ao ano. Em Moçambique, a atribuição do OE à agricultura passou, em pouco menos de 3 anos, de 5% para os actuais 8%. Assim, até 2015, a despesa do sector será igual ou superior a 10% das despesas gerais do OE.

Os principais programas a serem financiados pelo erário público resumem-se na tabela que se segue:

Ref.	Designação do Programa	Objectivo específico	Subprogramas
AGR 01	Fomento da Produção de Alimentos Básicos	Aumentada a disponibilidade de alimentos para acabar com a fome através do aumento da produção	Cereais
			Raízes e Tubérculos
			Leguminosas
			Insumos Agrários
AGR 02	Fomento de Culturas Estratégicas	Elevada a utilização da produção nacional e as exportações	Açúcar
			Algodão
			Caju
			Oleaginosas
			Estimulantes
			Hortofrutícolas
AGR 03	Defesa fitossanitária	Restaurado o sistema nacional de defesa fitossanitária	Quarentena Vegetal
			Vigilância e Controle
AGR 04	Investigação e Extensão	Aumentada a produtividade através da adopção de tecnologias apropriadas	Desenvolvimento do Sistema Nacional de Investigação
			Implementação integral do Programa Nacional de Extensão, PRONEA
AGR 05	Água para a produção	Melhorado o	Retenção e conservação da

		aproveitamento de água para o aumento da produtividade	água para fins agrários
			Irrigação e drenagem
AGR06	Apoio às Iniciativas de Produção	Apoiadas as iniciativas locais de intensificação da produção	
AGR07	Produção alternativa nas zonas áridas e semi-áridas	Desenvolvidas e implementadas abordagens programáticas de promoção da produção agrária nas zonas áridas e semi-áridas	Desenvolver um centro multidisciplinar de investigação agrária para as zonas áridas e semi-áridas
AGR 08	Desenvolvimento Pecuário	Melhorada a provisão de serviços de assistência veterinária e defesa zoossanitária	Defesa zoossanitária
			Produção Animal
AGR 09	Terra para produção	Promovida a conservação dos solos à medida que se melhora o seu aproveitamento	Maneio da Fertilidade e combate a degradação
			Ociosidade zero no uso e aproveitamento da terra
AGR 10	Florestas	Gestão Sustentável de Florestas e Fauna Bravia	Reflorestamento
			Indústrias Florestais
			Gestão sustentável de fauna e flora bravias
AGR 11	Desenvolvimento do Agronegócio	Reduzidos os constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura comercial ao longo das cadeias de valor	Corredores de desenvolvimento agrário
			Sistema Financeiro Agrário
			Apoio aos mercados rurais
AGR 12	Desenvolvimento da capacidade institucional do sector agrário	Melhorada a provisão de serviços públicos	Estatísticas Agrárias
			Qualidade de serviços públicos agrários
			Reserva alimentar estratégica
			Género e ambiente na agricultura